



Handwritten signatures in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 15/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2019/11/27

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, no edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, substituído por Ana Cristina Serro Barreiros.
- Marina Sola Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, foi substituída por Paula Margarida de Sousa e Almeida.
- Renata Sousa Monteiro, eleito pelo Partido Socialista, foi substituída por Domingos António Alves Velho.
- Hugo José Vasconcelos Martins, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Vítor José Brás Rocha.
- Mónica Ariana Ribeiro Fernandes, eleita pelo Partido Social Democrata, foi substituída Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.
- Joaquim Celestino Simões Ribeiro, eleito pela Coligação Democrática Unitária, foi substituído por Mário Leal Cardoso Molinos.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 13 de setembro 2019;
- c) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020;
- d) – Mapa de pessoal para 2020;
- e) – Aprovação de uma Taxa de Derrama de 1.5% com Exceção para Sujeitos Passivos com um Volume de Negócios que não ultrapasse os 150.000,00€, cuja Taxa de Derrama será Reduzida para 0,5%;
- f) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- g) – Participação variável no IRS relativa aos rendimentos do ano de 2020;
- h) – Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP);
- i) – Contração de dois Empréstimos de Médio e Longo Prazo, bem como a Proposta de Plano de Saneamento Financeiro Anexo;
- j) – Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;
- k) – Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2020;



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

- l) – Contrato entre a Câmara Municipal de Caminha e a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., para Subconcessão de Uso Privativo de Parcela de Terreno com 1734m², sita junto à Estação Ferroviária de Caminha, entre os kms 104,577 e 104,652 LE da Linha do Minho, do Domínio Público Ferroviário;
- m) – Alteração à Postura de Trânsito no Centro Histórico de Caminha.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

2.º – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, e disse o seguinte;

“Início esta minha intervenção, congratulando todo o executivo da Câmara Municipal pelas obras inseridas no projeto “Ação de Reabilitação Urbana – Sandia e Vista Alegre”, empreitada financiada ao abrigo do Quadro Comunitário Portugal 2020. Embora as obras não tenham terminado, podemos



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

usufruir de algumas artérias que já estão requalificadas, melhorando as acessibilidades, tanto pedonal como de tráfico rodoviário, e o estacionamento.

Foi hoje publicado em Diário da República o acordo nº 31/2019 de colaboração para a requalificação e modernização das instalações da escola Básica e Secundária do vale do Âncora.

Quando da decisão do fim do financiamento do contrato de associação da escola Ancorensis sustentaram a vossa posição dizendo que alegadamente a escola básica teria condições para acolher todos os alunos dessa mesma escola, e nós dissemos que tal não correspondia com a verdade.

Ao longo destes anos, desde essa decisão tomada pelo governo e suportada pelo executivo camarário, o tecido económico da freguesia, social e cultural ressentiu-se gravemente.

Os nossos jovens não couberam todos na escola básica, como o tínhamos afirmado no dia em que nos posicionamos contra o corte neste financiamento porque não havia, de facto, alternativas.

A nossa juventude teve que ir estudar para fora da freguesia e até do concelho. Desde esse momento que dissemos que a única forma de remediar o erro que vocês cometeram com a decisão de cortar este contrato de associação era fazer obras de ampliação na escola básica e secundária, aliás conforme atestam as atas das reuniões sobre a matéria.

Assim, chegamos à data de hoje e temos o acordo de requalificação publicado em diário da república.

Uma boa notícia para a freguesia depois do grave dano que cometeram e que prejudicou a freguesia e os alunos.

Esta requalificação será sempre a assunção do erro que vocês cometeram e da mentira proferida na altura.

Enquanto representante da freguesia, neste momento, só espero que estas obras tragam as nossas crianças de volta à sua terra e que as mesmas não tenham que se deslocar, até para fazer exames nacionais, para outra freguesia, como tem acontecido até à data.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Passando agora a exercer uma das minhas obrigações como Presidente de Junta, mesmo que digam que estou a prestar um mal serviço à Freguesia que represento, vou divulgar algumas das reclamações que temos recebido, sendo que as mesmas já foram reportadas por vários meios à Câmara Municipal e até ao dia de hoje não obtivemos qualquer tipo de resposta.

Falo da cedência do piso na rua 5 de Outubro, desde a superfície comercial Continente até ao cruzamento com a rua Pedro Homem de Melo; lamento que a Câmara não tenha obrigado o promotor da empreitada da colocação da rede de drenagem das águas pluviais de toda a área da superfície comercial a fazer a correção do pavimento dentro dos prazos de garantia da mesma, existindo um perigo para os automobilistas principalmente nos dias de chuva.

Falo da cedência do piso na rua Miguel Bombarda, nomeadamente na zona que foi intervencionada no âmbito das obras da 2.ª Fase da Requalificação do Nó de Erva Verde, cedências provocadas por várias roturas nas tubagens particulares de abastecimento de água proveniente de uma mina. Não foi por falta de informação, tanto da Junta de Freguesia como dos proprietários, da existência dessas tubagens e que deveriam ter sido substituídas. As famílias viram-se agora privadas de usufruir desse bem gratuitamente, estando obrigadas a gastar água da rede pública e ficando sujeitas a pagar os brutais aumentos dos tarifários inerentes à fatura da água que se iniciaram em janeiro de 2019, com a previsão de um novo aumento anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara até ao fim desse ano.

Falo de toda a zona envolvente ao Mercado Municipal, incluindo os passeios em frente que estão completamente desfeitos, dando uma imagem de total desmazelo pelo local.

Falo da Ponte da Cruz Velha, uma infraestrutura que se está a degradar rapidamente, dia após dia, verificando-se a queda de pedaços de betão que se desprendem da estrutura. Este problema constitui um grande perigo para as pessoas que por lá passam. Os postes de iluminação pública que estão



Assembleia Municipal de Caminha

colocados em cima da ponte também estão em perigo de cair, porque a sua fixação à estrutura está completamente podre.

Falo da rua de Vales e da construção da passagem sobre a linha de água, prometida duas vezes, e que até hoje não foi feita. Assim como do pavimento destruído, do lado norte da rua, provocado pela passagem de camiões de transporte de materiais para uma obra particular.

Falo das várias ruas que foram intervencionadas no âmbito de reparações de diversas avarias e de ligações a infraestruturas da rede pública, passaram-se mais de dois anos e ainda existem valas sem a reposição do tapete betuminoso a quente, reposições essas que já foram pagas pelos munícipes quando fizeram o pagamento dos orçamentos respetivos, sendo a rua Padre José Pereira Lima a que mais preocupa.

Falo do pavimento na rua 31 de Janeiro, entrada sul da Vila, e da rua 5 de Outubro, lado norte, pavimentos com zonas muito desgastadas e com muitos buracos que, sendo as principais entradas para a vila, têm um fluxo constante de trânsito. Estas duas artérias são o nosso cartão de visita.

Falo das várias notícias que vieram a público pela Comunicação Social e por parte da Câmara Municipal, em março de 2018, referente à solução encontrada para resolver o problema do encerramento do Centro de Acolhimento Temporário (CAT).

A solução foi tornada pública na página de Facebook do município de Caminha onde é referida a futura valência, a instalar no edifício da antiga Escola de Vilarinho, em Vila Praia de Âncora, solução esta que nunca foi concretizada.

Tendo esta Junta de Freguesia sido, mais uma vez, colocada de lado.

Pergunto, ao Sr. Presidente, se está disponível para explicar a esta Assembleia qual o motivo para que a palavra dada pelas duas Instituições não tenha sido cumprida.

Passo, agora, para dois assuntos que merecem ser divulgados nesta Assembleia. Informo sobre mais uma deslealdade da Câmara Municipal de Caminha para com a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.



Assembleia Municipal de Caminha

O primeiro assunto está novamente ligado com o Forte da Lagarteira. A Junta de Freguesia encetou diligências junto do Sr. Diretor Eurico Martins, solicitando a substituição dos focos de iluminação decorativa na parte exterior do forte, visto estarem partidos. Mais informámos que, caso a Docapesca não tivesse no seu orçamento disponibilidade financeira, a Junta de Freguesia assumiria todas as despesas com a compra dos focos e a sua instalação.

Após algumas conversas, por telemóvel e pessoais, com o Dr. Eurico, que mora na freguesia de Âncora e é cunhado do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Caminha, motivos que o levam a frequentar a nossa Vila, um belo dia foi-me transmitido pessoalmente pelo próprio que a Docapesca tinha os focos em armazém e que ele mesmo os traria e entregaria à Junta de Freguesia para que procedêssemos à sua instalação.

No dia das comemorações do Festival do Mar e da Marinha, levadas a cabo no Porto de Recreio, junto ao Forte da Lagarteira, perguntei ao Dr. Eurico quando poderia entregar os focos à Junta, nesse momento foi-nos comunicado, a mim e ao senhor Secretário da Junta de Freguesia, que os focos seriam entregues no próprio gabinete do Sr. Presidente da Câmara.

Perante esta falta de palavra e de respeito pela grande instituição que é a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, naturalmente questionei se, entre as muitas competências do Sr. Presidente da Câmara, agora também era eletricitista.

Tenho conhecimento que os focos já foram entregues há vários meses, pergunto então ao Sr. Presidente, quando tenciona mandá-los colocar?

Passando para o segundo assunto e continuando com a falta de lealdade institucional, refiro-me ao monumento aos pescadores, inaugurado no dia da Procissão Naval da Nossa Senhora da Ínsua, integrado nas Festas de Nossa Senhora da Bonança – 2019. Entre a Comissão de Festas e a Câmara Municipal de Caminha, mandaram instalar um monumento às escondidas da Junta de Freguesia, que só teve conhecimento no momento da sua inauguração, monumento esse, Senhor Presidente, que está inscrito no



Assembleia Municipal de Caminha

relatório das dívidas da Câmara Municipal aos fornecedores, com o valor de 4980,40 (quatro mil novecentos e oitenta euros e quarenta cêntimos). A instalação do monumento na nossa freguesia devia ter chegado ao conhecimento da Junta de Freguesia, fosse por parte da Comissão de Festas ou por parte da Câmara Municipal.

Estas últimas palavras são dirigidas ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora. Uma vez que Vossa Excelência, na Assembleia Municipal de 13 de setembro passado, fez uma intervenção atacando cobardemente a freguesia que eu honradamente presido e como não tive oportunidade, nessa altura, de responder a Vossa Excelência, exerço hoje o meu direito de resposta em nome de todos os Ancorenses e apresento-lhe o meu mais firme protesto face ao conteúdo das afirmações que proferiu na sua infeliz intervenção.

Em primeiro lugar, o Sr. Presidente falou sobre as lonas que foram colocadas em Vila Praia de Âncora com a intenção de alertar a população sobre as consequências nefastas da exploração do lítio para o nosso meio ambiente, previstas nas vertentes da Serra d'Arga. Verbalizou que não concordava nem deu autorização para que o nome da freguesia de Riba de Âncora constasse nas lonas e acrescentou o seu desconhecimento de que a sua freguesia seja afetada. Muito bem, Sr. Presidente, vamos então aos factos! O senhor não tem conhecimento ou não quer ter, mas eu explico. O nome da sua freguesia consta nessas lonas porque existe um documento elaborado pela Câmara Municipal de Caminha e tornado público, onde menciona as freguesias do concelho de Caminha que estão no mapa da pretensão do Governo para avançarem com as prospeções/explorações de Lítio e minerais associados. O Sr. Presidente não sabe que a freguesia de Riba de Âncora consta nesse documento, datado de 11/07/2019? O Sr. Presidente já está esquecido de que em 27 de junho passado, foi aprovada na reunião da Assembleia de Freguesia de Riba de Âncora uma moção de Protesto e Repúdio contra a prospeção/exploração de Lítio na Serra D'Arga onde se pode ler:



Assembleia Municipal de Caminha

"(...) considerando que esta área inclui a encosta do monte de Riba de Âncora e outras áreas do nosso Concelho (...)"

Permita-me perguntar-lhe, Sr. Presidente, afinal qual é o seu jogo? O que está vossa Excelência a esconder? Sim, Sr. Presidente, este assunto é tão grave que pode, futuramente, prejudicar seriamente a nossa saúde e não se esqueça Sr. Presidente, dos inocentes e dos mais frágeis que são as nossas crianças. Este tipo de explorações a céu aberto, se avançarem nas vertentes da Serra D'Arga, apenas têm a intenção de servirem grandes interesses económicos, políticos e até pessoais, levando tudo pela frente, sem se preocuparem com o meio ambiente e a saúde humana. Estas explorações a montante do rio Âncora também trarão graves problemas e impactos ambientais para Vila Praia de Âncora, para a praia das crianças e toda a nossa zona balnear, afetando por sua vez toda a nossa economia.

Sr. Presidente, da Junta de Freguesia de Riba de Âncora. É muito preocupante a sua defesa aos interesses políticos da Câmara Municipal de Caminha e a sua negligência na defesa dos interesses mais fundamentais de um povo que quer proteger a Terra que recebeu dos seus antepassados, na consciência de que esse será o maior legado para as gerações vindouras.

Já agora, Sr. Presidente, e para o sossegar, refiro-lhe que já não necessita de se preocupar com as lonas porque uma foi roubada e outra destruída, confirmando-se, assim, a existência de interesses obscuros e maquiavélicos que pretendem cercear o direito de manifestação da população Ancorense.

Vamos agora para a questão dos espaços verdes na freguesia de Vila Praia de Âncora. Vossa Excelência disse que em Vila Praia de Âncora não existem espaços verdes, mas sim umas autênticas pedreiras e que temos que nos envergonhar do passado e não do presente. Naturalmente, Senhor Presidente! O Senhor já se esqueceu que fez parte desse passado? O Senhor já se esqueceu de como, no seu interesse, andou atrás desse passado? Agora, e mais uma vez, no seu interesse, anda atrás do presente! Sr. Presidente, tenha a sabedoria de não se deixar manipular!



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'S' followed by a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

Já dizia Camões: “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança; Todo o mundo é composto de mudança”.

Vamos então aos espaços verdes e às pedreiras, nomeadamente a pedreira a que Vossa Excelência se referiu várias vezes “a pedreira da Praça da República”, para cuja inauguração foi convidado e esteve presente, aparentemente com satisfação, ainda no tempo passado.

As suas palavras foram: “A Praça de República é uma autêntica pedreira a que andam a dar um jeito com uns vasitos aqui e outros ali e que até os bonsais não gostam da praça porque secaram.”. Para sua informação, os bonsais não secaram por falta de água nem por gostarem ou não da Praça. Existem, até, muitas dúvidas sobre como eles secaram tão rapidamente...

Para terminar Sr. Presidente, humildemente lhe peço que respeite a freguesia de Vila Praia de Âncora e a população ancorense! Siga o nosso exemplo e reveja-se no respeito maior que sempre nos mereceram as gentes ribancorenses e a Junta de Freguesia que as representa.

Disse.”

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Ao aproximarmo-nos do final de mais um ano civil, exige-se um balanço acerca dos principais acontecimentos que marcaram o quotidiano do Município. É natural que na produção desse balanço, os que suportam o atual Executivo manifestem tendência para enfatizar os aspetos positivos e aqueles que se contam na oposição evidenciem aquilo que entendem que foi ou é prejudicial para o concelho.

Ambas as posturas são expectáveis e perfeitamente legítimas em democracia. Mas as mesmas não devem impedir a atual maioria de reconhecer que há aspetos a melhorar, nem os restantes de evidenciar uma postura construtiva de



Assembleia Municipal de Caminha

apresentação de propostas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

Partindo do princípio de que todos partilhamos deste entendimento, este é o momento de reconhecer que existe uma matéria em que o concelho de Caminha ainda tem muito que progredir: a sustentabilidade.

A 7 de maio de 2019, o Rating Municipal Português, elaborado pela Ordem dos Economistas, colocou o Município de Caminha no lugar número 238 do ranking geral dos municípios sustentáveis.

O Rating Municipal Português é um modelo integrado baseado em 25 indicadores ponderados, reunidos em quatro dimensões: 'governante', serviços ao cidadão, desenvolvimento económico e social, e sustentabilidade financeira. É o único modelo integrado de avaliação da vertente económica da sustentabilidade dos municípios portugueses.

Conforme é comunicado pela Ordem dos Economistas, este documento proporciona "aos municípios e cidadãos uma matriz estratégica de intervenção e, aos decisores públicos, implicações políticas de cooperação estratégica, numa lógica supramunicipal".

Partindo dessa perspetiva, e olhando de uma forma prospetiva para o futuro, talvez este seja o momento indicado para o Executivo Municipal colocar a temática da sustentabilidade nas suas três vertentes - não apenas a económica, mas também a ambiental e social - no topo das suas prioridades, tal como os jovens de todo o mundo têm exigido, muito justamente, a todos os decisores públicos a nível internacional.

Certamente que o Senhor Presidente poderá dar a conhecer e evidenciar várias iniciativas que o Executivo tem levado a cabo neste âmbito e aquelas a que se propõe no âmbito das Grandes Opções do Plano, onde são descritas algumas iniciativas no âmbito da Sustentabilidade e Preservação Ambiental.

No entanto, julgo ser este o momento para que essas iniciativas se constituam como um todo e passem a integrar um Plano Estratégico Municipal de Sustentabilidade com objetivos tangíveis de curto, médio e longo prazos,



Assembleia Municipal de Caminha

assentes na conceção de novos modelos de gestão, na redução da pegada ambiental, na responsabilidade social e no desenvolvimento económico equilibrado.

Neste contexto, a realização de estudos de análise e caracterização das freguesias, no sentido de identificar as suas especificidades, oportunidades e riscos associados é, cada vez mais, uma necessidade imediata, contribuindo de forma decisiva para a definição de políticas e programas que salvaguardem o crescimento presente e o futuro do concelho.

Nenhuma política pública bem-sucedida é construída sem proceder a recolhas sistemáticas de dados e de informação que permitam traçar um diagnóstico e partir daí para a apresentação de soluções.

Nesse sentido, aquilo que propomos é que se realize um Estudo de Sustentabilidade para o Município de Caminha, de acordo com os mais altos padrões de sustentabilidade, através de seis medidas:

- 1) Elaboração de um diagnóstico e de avaliação da situação de referência do concelho e da região, no sentido de analisar a sua performance ao nível económico, social e ambiental;
- 2) Identificação e caracterização dos principais aspetos positivos e negativos bem como as maiores oportunidades e ameaças inerentes às dinâmicas próprias do concelho, através de uma análise SWOT;
- 3) Auscultação das principais instituições do setor educativo, económico, industrial, social e cultural, e elaboração da análise de alinhamento entre as políticas do Município e a perceção e vontade dos munícipes, organizações e restantes stakeholders do concelho de Caminha;
- 4) Identificação de linhas orientadoras e apresentação de soluções e programas, economicamente viáveis, socialmente equitativos e ecologicamente responsáveis, que promovam o crescimento sustentável, maximizem a eficiência de processos e, simultaneamente, contribuam para a mitigação dos efeitos mais adversos resultantes das atividades e ações levadas a cabo pelos diferentes setores de atividade;



Assembleia Municipal de Caminha

5) Alinhamento da atividade desenvolvida pelo município e pelos setores de atividade do concelho aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 2030 preconizados pelas Nações Unidas;

6) Promoção e implementação de uma cultura de sustentabilidade nas organizações e nas pessoas, propondo a realização de iniciativas conducentes a alterações comportamentais;

Entendemos, por fim, que todo este trabalho deve ser compilado anualmente num Relatório de Sustentabilidade, prática já seguida por outros municípios no país, num exercício de transparência e procura de melhoria contínua que deve ser inerente a este tipo de processos.

Acreditamos que são este tipo de iniciativas que credibilizam a atividade política e o trabalho daqueles que a desenvolvem. Estou certo de que, para o exercício que proponho, contará o Executivo Municipal com uma forte base de apoio.

E, acima de tudo, estou certo que do mesmo sairão beneficiados todos os munícipes e não apenas os apoiantes de determinado partido. Tenhamos a coragem de nos unir numa matéria tão relevante para o nosso futuro coletivo.”

O **Senhor Deputado Pedro Casal**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“A minha intervenção é muito simples, apenas quero questionar o executivo camarário acerca da implementação da postura de trânsito na avenida de Santana, em Moledo, postura essa aprovada por esta Assembleia Municipal em abril do ano passado e até ao momento a mesma não foi posta em prática. Também os passeios na zona da praia encontram-se bastante deteriorados a merecerem uma reparação urgente, pergunto se está previsto a sua requalificação e para quando? Finalmente, a iluminação na rotunda de Fontela deixa a desejar, já para não falar na EN 13 até Vila Praia de Âncora onde ela



Assembleia Municipal de Caminha

praticamente não existe ou se existe está desligada. Para quando a resolução deste problema?

Disse”

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Ao longo dos últimos anos, habituamo-nos a ouvir dizer, nesta Assembleia, uma coisa e o seu contrário, factos imediatamente desmentidos e insultos que desvalorizamos. Parece que nunca há consequências, parece que o tempo de dizer qualquer coisa dura para sempre e que o tempo de repor a verdade não interessa.

Mas interessa! Deve haver respeito pelas instituições, respeito pela verdade e respeito pelos eleitos que são pessoas. Por isso me dirijo a esta Assembleia. A Mesa da Assembleia Municipal recebeu no passado dia 13 de setembro o relatório final da ação de controlo no Município de Caminha efetuada pela Inspeção Geral de Finanças relativamente a exercícios, de executivos diferentes, anteriores ao ano de 2015. Desse relatório, que é do conhecimento das senhoras e dos senhores vereadores e está disponível para todos os senhores membros da Assembleia Municipal, resultam várias conclusões, direi mesmo conclusões muito interessantes mas eu apenas me quero focar numa delas: a que se refere à denúncia apresentada pelo PSD junto do IGF com o título "Vergonha Municipal - erros e omissões graves obrigam à suspensão da Assembleia" que acusava o executivo municipal de - e passo a citar - "enviar para apreciação da Assembleia Municipal um relatório de contas adulterado". Vou permitir-me ler um parágrafo dessa denúncia do PSD sobre as contas de 2014 que é exemplar quanto a uma certa forma de fazer oposição: "Já todos sabíamos que o Presidente da Câmara Municipal de Caminha martela as contas contabilizando dados de uns anos para os outros de forma diferente.



Assembleia Municipal de Caminha

Agora que altera documentos com inclusão de dados e quadros novos, é novidade! Diríamos mais, é ILEGAL e de uma grave incompetência. Desta vez, o executivo ultrapassou todos os limites, querendo aprovar em Assembleia Municipal um documento que não corresponde ao que foi aprovado em Reunião de Câmara".

Foi isto que foi denunciado pelo PSD. Agora vamos à verdade que, face ao silêncio dos acusadores, parece não interessar. Refere o relatório do IGF na sua página 18: "Relativamente à apresentação à Assembleia Municipal, para apreciação e votação, de uma versão adulterada dos documentos de prestação de contas de 2014 (...) a análise realizada permitiu-nos verificar que tal afirmação não se confirma, ou seja, que os documentos submetidos à apreciação da Assembleia são iguais aos que foram aprovados em reunião do respetivo órgão executivo". O IGF explica ainda como decorreu o procedimento do ponto de vista digital e acresce que as versões em papel distribuídas na Câmara e na Assembleia eram exatamente as mesmas. Em suma, o IGF diz que a Mesa da Assembleia Municipal de Caminha esteve bem em levar o documento a votação, que a Câmara Municipal agiu com verdade e desmente categoricamente o PSD que na sessão de 20 e, depois, de 24 de abril de 2015 colocou em causa os órgãos autárquicos e, mesmo depois dos esclarecimentos prestados, fez comunicações públicas indignas do combate democrático.

Trago este esclarecimento à Assembleia Municipal porque não vale tudo em política. Alguém pôs em causa a seriedade da Mesa da Assembleia e da Câmara Municipal, alguém acusou o executivo e a Mesa da Assembleia da prática de ilegalidades e alguém foi desmentido de forma total e cristalina pela Inspeção Geral de Finanças. Termino em coerência: alguém deve um pedido de desculpas aos acusados, alguém tem de pensar melhor sobre a forma que habitualmente usa para fazer política nesta Assembleia."



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Simaura Fonseca**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Mais um ano que passou praticamente e como eu gostava que um dos assuntos que aqui trago hoje fosse dar os parabéns ao nosso Presidente de Câmara pela obra feita na freguesia onde resido, mais propriamente falando, na Beneficiação do Caminho da Aldeia em Orbacém, mas infelizmente não é.

Não é, mas deveria de ser, pois segundo o que o Sr. Presidente da Câmara disse na reunião descentralizada do dia 29 de abril deste ano em Orbacém, a primeira parte da obra estaria para arrancar em breve, mas até agora nada.

E além disso, e segundo o site da Câmara Municipal, o prazo de execução desta obra seria até dia 28 de julho de 2019, mas mais uma vez nos deparamos com outra falsa verdade.

Por isso Sr. Presidente pergunto-lhe, quando é que realmente será executada a obra? Em 2020? Em 2021? Se calhar o mais conveniente para o Sr. Presidente e o seu executivo é ser em 2021, pois sendo ano de eleições irá ajudá-lo na sua propaganda política, pena é que até lá as freguesias do interior irão continuar longe de qualquer tipo de investimento por parte da Câmara Municipal.

E quando eu falo de qualquer tipo de investimento não me refiro só às obras que a Câmara Municipal faz, mas sim aos investimentos a nível social e cultural, pois a meu ver investimentos nessas áreas também são muito importantes para as nossas freguesias do interior, pois são eles que lhes vão dar mais vida e ajudar a combater o abandono, especialmente por parte dos mais novos, das freguesias mais rurais.

Mas sabe Sr. Presidente quem é que vale as estas freguesias para que tenham algum dinamismo social e cultural? São os grupos de jovens, os grupos folclóricos e de mais associações que na maioria das vezes sem terem uma



Assembleia Municipal de Caminha

única ajuda por parte da Câmara Municipal fazem um trabalho exemplar em prol da comunidade onde residem.

Eu própria faço parte de um destes grupos, o Grupo de Jovens "Cem" Fronteiras de Orbacém que no passado mês de outubro fez dez anos de existência. Dez anos em que a principal missão é trabalhar em prol da comunidade! Dez anos em que mais uma vez festejamos com o seu grande almoço convívio, o seu já afamado Cozido à Portuguesa, para o qual através do nosso Presidente de Junta a Câmara Municipal foi convidada, mas no qual em representação desta ninguém pode estar presente, o que nos fez lamentar e ao mesmo tempo pensar que se calhar aos olhos da Câmara Municipal só algumas associações e grupos é que são reconhecidos e outros nem por isso. No entanto ao mesmo tempo esperamos estar enganados e que no próximo ano tenhamos a presença da Câmara Municipal.

Agora falando de outro assunto. Sr. Presidente, Vossa Excelência e o executivo fizeram um aumento da água para mais do dobro, alegando que um dos motivos pelo qual o estavam a fazer era a aderência da Câmara Municipal de Caminha à nova empresa das águas. Devido a esse aumento muitas famílias encontram-se em situações financeiras constrangedoras, pois viram as suas faturas de água a aumentar não só para o dobro, mas em muitos casos para mais do que isso. Só que o mais o engraçado disto tudo é que a nova empresa ainda não entrou em funcionamento, mas pior ainda é que o Sr. Presidente continua a não pagar as faturas da água. Porquê Sr. Presidente? Explique-nos como é que Vossa Excelência recebe dos munícipes e não paga a quem deve?

Além disso e segundo o que consta, quando a nova empresa das águas realmente arrancar a fatura da água vai ser mais uma vez aumentada, e mais uma vez serão os munícipes que vão ser penalizados pelas decisões do seu executivo de aderir a esta empresa.

Justificou a decisão de aderir a esta empresa, dizendo que só através dela era possível concorrer a fundos comunitários para obras a nível da rede de



Assembleia Municipal de Caminha

abastecimento de água ou saneamento, contudo essa justificação não passe de mais uma falsa verdade. E a prova está no município de Melgaço que não aderiu à nova empresa de água, mas viu aprovada a sua candidatura no valor de mais de 570 mil euros para o sistema de abastecimento de água do concelho no âmbito do Plano Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), do Portugal 2020. Agora pergunto, porquê dar justificações que não são realmente verdade?

E mais, apregoa no site da Câmara que a Câmara Municipal de Caminha distribui água de excelente qualidade aos munícipes do Concelho, mas alegou também que outro motivo para aderir à nova empresa das águas é porque a Câmara não tem condições para distribuir água de excelente qualidade aos munícipes do Concelho. Será que sou só eu que vejo que o Sr. Presidente se está a contradizer? Ou gosta de apregoar aquilo que, não é?

E antes de terminar há mais uma questão que lhe quero colocar. Não acha melhor começar a pagar as faturas à Lusagua? É que talvez assim eles comecem a fazer o seu trabalho como deve ser, isto é, a uma empresa que não recebe à mais de um ano não se lhe pode ser exigido que cumpra devidamente com as suas funções. Aliás muitos no lugar da empresa Lusagua já tinham deixado de fazer fosse o que fosse, e com razão, pois não faz sentido num contrato entre duas entidades só uma estar a cumprir com a sua parte. Por isso Sr. Presidente, assim como todos os munícipes lhe pagam, comece Vossa Excelência e o seu executivo também a pagar aos fornecedores para assim nós podermos realmente sentir orgulho em viver no concelho de Caminha.

Disse.”

O **Senhor Deputado Mário Molinos**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que apenas ali vai dar conta de



Assembleia Municipal de Caminha

muitas queixas que tem ouvido relativamente àquilo que ali foi falado há pouco que é a questão da água, ou seja, a CDU já tinha dito que realmente isto ia dar um grande aumento para as populações, o que já se está a verificar não só no presente como futuramente se irá notar. Disse ainda, que se tem verificado um uso abusivo das previsões de gastos, ou seja, as pessoas sofrem quando a leitura não é dada e se supõe que a pessoa gastou determinada quantidade de metros cúbicos, o que não corresponde à verdade. E, aquilo, que está acontecer às pessoas normalmente de baixos recursos são surpreendidas pela negativa com contas demasiado altas, mas, também não quer dizer que muitas vezes não aconteça que, a conta venha com zero metros cúbicos, e no mês seguinte a conta é capaz de ser para cima de cento e muitos euros e as pessoas acabam por dizer “estou a pagar mais por água do que por luz”, e para aquelas pessoas que tem contas certinhas e poucos recursos, que são a maioria das pessoas, e de repente aparecer uma conta em casa que não conseguem pagar, ficam aflitos, nomeadamente, para aqueles munícipes mais analfabetos, acabam por fazer esse tipo de crítica, no entanto, a Câmara tem um historial do consumo de quase todos os consumidores, logo, deveria ser feita uma estimativa do consumo médio de cada pessoa e nunca lhe ser cobrado mais por cada mês, sobre aquilo que normalmente gasta ao longo do ano, e essa, seria uma possibilidade de minorar esses distúrbios que acontecem na distribuição.

Relativamente a Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Deputado que também tem algumas queixas de pessoas, quanto à utilização das casas de banho públicas, nomeadamente em relação a horários e em saber, por exemplo, se a casa de banho que se encontra junto ao parque das crianças, de quem tem a responsabilidade da sua manutenção? Porque, aquilo que está a acontecer é que os equipamentos estão muito degradados e sujos, e como se trata de uma casa de banho que é utilizada por crianças, e uma vez que este equipamento está muito degradado, pergunta mais uma vez se realmente responsabilidade é da Câmara, ou, da Junta de Freguesia.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Deputado quanto aos horários, pois deveriam ser definidos, porque muitas vezes as pessoas dirigem-se a casa de banho e está fechada, mas, o mais preocupante é a casa de banho junto ao parque das crianças onde se deveria apurar responsabilidades e saber quem realmente tem que tratar, e sendo pública, até, deveria lá estar um funcionário a fazer a sua manutenção, uma vez que se torna essa matéria pertinente.

Disse também o Senhor Deputado relativamente a Vila Praia de Âncora que foi abordado por causa de um obstáculo que existe na Praça da República, que impede as pessoas de circularem livremente, nomeadamente, pessoas de mobilidade reduzida, pois tratasse de uma estrutura que lá foi colocada por causa de uma exposição de flores, agora, está a passar a mensagem que lhe foi transmitida, no entanto, ainda não teve oportunidade de lá ir verificar se a estrutura já teria sido retirada.

Para terminar, o Senhor Deputado deixa nota de agrado à escola Profissional de Caminha, ETAP, que comemorou os seus trinta anos, e a CDU deixa ali uma saudação pelos seus trinta anos de oportunidade que deram a vários jovens do Concelho de Caminha de encontrar uma profissão e um modo de ganhar a vida.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse quanto à intervenção que ali fez o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, que é uma verdade que tenha corrido muitas vezes atrás do PSD, porque, tinha lá um amigo, que ainda hoje é, e será por muitos anos se Deus quiser. Contudo, o Senhor também sabe que já nessa altura discordavam de coisas que eram feitas. O Senhor possivelmente já não se lembra de o chamar de ditador numa reunião que houve do PSD, em Vila Praia de Âncora? Porque, não estavam de acordo, mas, as pessoas que lá estavam podem-no



Assembleia Municipal de Caminha

afirmar. Mas, relativamente ao que fala sobre ele se deixar manipular pelo Senhor Presidente da Câmara. O Senhor está muito enganado! Aquilo que houve sempre entre ele e o Senhor Presidente da Câmara foi honestidade e lealdade naquilo que é o trabalho pelo Concelho de Caminha, e é aquilo que o Senhor não faz, porque o Senhor deixa é colocar na internet vinte segundos, de uma intervenção dele da última sessão da Assembleia Municipal, onde foi manipulada, por ter opinião própria, porque é do Concelho de Caminha, e foi ofendido com palavras insultuosas, e ainda que o corriam “a pontapé da Praça da República”, e isso está na sua rede social, “Facebook”, Senhor Presidente, o qual assina por baixo, porque não o retirou.

Quanto à questão dos bonsais, disse o Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, que o Senhor Presidente de Vila Praia de Âncora foi ali insinuar que eles secaram muito rápido. No entanto, aquilo que o Senhor devia fazer era dizer à população de Vila Praia de Âncora que cada bonsai daqueles custa à volta de 750 euros e o Senhor tinha lá dez ou doze bonsais, que foram quase dez mil euros para o lixo, porque, o Senhor tem dinheiro, embora diga que não tem, mas, isso, tanto ele como o Senhor sabe aquilo que cada junta recebe. E ainda disse o Senhor Presidente de Junta, que o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora só para limpeza de valetas até hoje, embora as pessoas não saibam já recebeu cerca de 188 mil euros. Para despesas de capital, também recebeu o mesmo montante, teve subsídios atribuídos pelo Câmara Municipal de Caminha que andam á volta dos sete mil euros, só nisso perfaz um montante em seis anos de 3388 euros, fora o FEF. No entanto, aquilo que o Senhor Presidente sabe dizer é mal, e sempre mal! apenas isso, em outros tempos gostava de saber qual o valor que a Junta de Vila Praia de Âncora recebia? Porque o Senhor parece que só está a morar no Concelho a partir de 2013? No entanto, ele já cá esta há muito tempo, e passou por muitas situações, como no tempo em que havia muito dinheiro, e jogava-se nos pavilhões a chover tanto dentro como na rua, com os pisos todos estragados e rebentados que não se podia lá andar, fazer jogos da Associação de Futebol



Assembleia Municipal de Caminha

de Viana sem portas nos balneários, e subsídios que eram atribuídos às associações, e três anos depois ainda não se tinham recebido, mas, chegava sempre a notícia, “este ano é que vai ser”, era assim que se vivia, mas, o Senhor não gosta que se diga a verdade.

Disse ainda, o Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, quando refere que ele não se tem que preocupar com Vila Praia de Âncora, é verdade, mas o Senhor devia-se preocupar com muitas coisas, porque, as pessoas de Vila Praia de Âncora, quando querem fazer festas de crianças, sabe para onde vão? Vão para Riba de Âncora, porque, lá tem um espaço para as fazer, gratuitamente, graças à colaboração da Câmara Municipal de Caminha e da Junta de Riba de Âncora. Quando as Associações da sua terra querem fazer jantares convívio, angariações de fundos, sabe para onde vão? Para Riba de Âncora, porque, foi o Presidente da Junta de Riba de Âncora, o Presidente da Câmara de Caminha que criaram essas condições. Quando é preciso transportar as crianças de Vila Praia de Âncora, porque, o Senhor nunca se preocupou em comprar uma carrinha nem para ajudar as suas Associações, vão à Junta de Riba de Âncora pedir a carrinha, porquê? Porque, o Presidente da Junta de Riba de Âncora trabalha com lealdade com o Presidente da Câmara. E o Senhor não gosta que se diga a verdade. E, aquilo que ele ali disse na última Assembleia não é mentira, e, não retira nem uma palavra daquilo que ali disse. No entanto, o Senhor defende muito a sua terra, agora, quando é a parada da Senhora da Bonança não se vê lá! Tem que ir Riba de Âncora e as outras Juntas de Freguesia fazer o desfile.

Para terminar o Senhor Presidente Junta de Riba de Âncora, disse que não tem nada contra o Senhor Carlos Castro, no entanto, a opinião dele sobre as coisas que se passam no seu Concelho, ele tem que a dar. E, como o Senhor que defende muito o lítio, e muitas outras coisas, agora, aquilo que publicaram no seu Facebook o Senhor gostou, deixou lá ficar, ainda lá está, é bonito, e o Paulo Alvarenga tinha que estar calado, mas, isso não vai acontecer, e até



Assembleia Municipal de Caminha

podem fazer aquilo que quiserem, mas, estará ali muitos anos e terá resposta para dar ao que lhe for solicitado.

Muito obrigado.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que, vai dar nota de algumas questões, talvez não consiga ser suficientemente exaustivo como todas as matérias que ali colocaram, mas vai tentar dar algumas respostas rápidas.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Mário Molinos, o qual saúda porque, nem sempre tem a oportunidade de contar com ele na assembleia, mas, quanto à questão da casa de banho é um assunto que já tem algum tempo, e ainda esta semana ou na semana passada, foram de novo trabalhadores da Câmara Municipal fazer algumas reparações, também incumbe à Câmara Municipal ir fazendo a limpeza, nem sempre as coisas correm bem, existe alguma falta de pessoal, e as pessoas não tem o civismo adequado ao uso de uma casa de banho pública e admite que em algumas situações, ou, ocasiões as coisas não tenham a verdadeira resposta que seria necessária, no entanto, vai a acompanhar essa matéria.

Quanto à estrutura que está na praça da República, disse o Senhor Presidente que foi colocada a propósito da Festa da Flor, entretanto, foi solicitado pela Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora que se pudesse manter a estrutura que seria do agradado da população, mas, na verdade também tem recebido algumas notas por escrito de desagrado quanto a essa matéria, no entanto, terá que se avaliar os interesses e decidir de acordo com aquilo que é a vontade de uns e a vontade de outros. O muro é volátil, pode deixar de existir rapidamente, percebeu a questão, mas, terá que se avaliar essa situação.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Pedro Casal, disse o Senhor Presidente que a postura de trânsito como está, as transportadoras de



Assembleia Municipal de Caminha

transporte público não a querem cumprir, ou, o executivo a aplica e não se tem transporte público no centro da freguesia, no entanto, aquilo que se tem optado, é por ter o transporte público na Avenida de Santana, mas, vai ter que se tomar rapidamente algumas decisões, nomeadamente a possibilidade que é premente de se revogar a deliberação. Entretanto, o executivo está a trabalhar com o Senhor Presidente da Junta, para se encontrar uma solução de estacionamento que resolva o problema, não a questão da praia e do pico do verão, pois esse problema vai existir, agora para a questão daqueles moradores, já se tem uma solução e espera poder resolvê-la muito em breve, a qual passará pelo arrendamento de um espaço para que possa haver estacionamento naquelas imediações, mas, posteriormente dará nota disso.

Quanto à iluminação, disse o Senhor Presidente que esses investimentos são feitos, e ainda se investiu bastante na iluminação na zona da praia, como, até, lhe disse uma amiga que agora naquela zona até parece dia, que acabaram com o sítio de namoros, no entanto disse ao Senhor Deputado que não é para encontrar alternativa na Rua da Fontela, que certamente haverá alguma solução; quanto à nacional 13 a zona que não está iluminada são zonas que não tem casas, que não existe habitação, logo, tem havido uma opção de não iluminar aquilo sendo uma nacional, ou seja, existe aquela ideia que não há transeuntes, são os automóveis que tem a sua iluminação, e julga que é isso que preside às matérias que são colocadas.

Quanto à intervenção do Deputado Carlos Videira, disse o Senhor Presidente que a matéria da sustentabilidade e a questão de existência de um plano estratégico, que essa é uma preocupação da Câmara Municipal e ao longo dos últimos anos tem vindo a demonstrar essa preocupação com uma intervenção estratégica nessa matéria, e como exemplo recordou o Senhor Presidente a alteração que se fez ao PDM e o qual tem sido elogiada e serve de referência a alterações de PDMs que está acontecer hoje na região norte, o Município de Caminha está na linha da frente nessa matéria e o debate que ali se faz foi precisamente no sentido da sustentabilidade, e foram criticados pela sua



Assembleia Municipal de Caminha

bancada, que acusavam o executivo de uma atitude fundamentalista relativamente à proteção de espécies, à criação de zonas tampão nos leitos dos rios, às questões das erosão costeiras, mas essa sustentabilidade está lá, e a aposta na indústria do turismo contrária a outro tipo de indústrias como às vezes é protagonizado por alguns Deputados, é uma aposta numa indústria sustentável desse ponto de vista, porque apoiam naquilo que são recursos naturais do Concelho, como a paisagem e as praias. Relativamente, às praias quando este executivo tomou posse, o Concelho de Caminha tinha três praias reconhecidas com bandeira azul, hoje, tem cinco praias num trabalho de sustentabilidade que se faz. O incremento da recolha de resíduos, que praticamente todos os anos, tem uma subida do número das toneladas que anda nos 2 e 3%, e a subida dos valores de reciclagem, embora diferentes, entre vidro, cartão e plásticos anda sempre entre os 20 e 30%, ou seja, esse trabalho também tem sido feito.

Disse ainda o Senhor Presidente que o investimento do ciclo urbano da água, o investimento que foi feito no saneamento, que às vezes não é valorizado, mas, é aquele saneamento que não vai para os rios, não fica nas ruas, e não vai para os campos. O executivo, também investiu em Vilar de Mouros e Argela, porque não tinham saneamento. E em Âncora, pouco saneamento havia, já está na 3.ª fase de investimento. E todos os investimentos que estão previstos agora para Moledo, Venade e Azevedo, existe uma aposta, e uma ação estratégica clara nessa matéria. No combate à erosão costeira, com as obras POLIS. Não havia uma ação no combate à erosão costeira quando este executivo tomou posse e neste momento há um investimento forte no combate à erosão costeira e vai avançar em breve, por exemplo, um investimento de 1 milhão e 800 mil euros, para a proteção da Duna dos Caldeirões, na retirada de inertes do Portinho de Vila Praia de Âncora e na consolidação na Duna dos Caldeirões. Na questão da política florestal, não só com a valorização dos baldios, mas com o trabalho que se fez na proteção da floresta, com a criação de uma equipa de intervenção permanente, com a criação de uma equipa de



Assembleia Municipal de Caminha

sapadores florestais municipais, a entrada no Projeto Piloto de Cadastro Florestal o que leva a que hoje se conheça mais de 90% do território do Concelho, contudo, tudo isso está inserido numa política de eficiência energética que leva a investir nos próximos 2 anos, 700 mil euros na substituição de lâmpadas, nos edifícios municipais, e ainda hoje, entrou uma candidatura de cerca de 130 a 140 mil euros para se fazer esse trabalho, ou seja, o planeamento existe, pode não existir um documento com um nome pomposo, mas, existe o planeamento e a ação estratégica nessa matéria. Disse ainda o Senhor Presidente que na próxima reunião de Câmara, segunda-feira, será apresentada uma proposta para um acordo com uma empresa para instalar um posto de carregamento de carros elétricos no Concelho de Caminha, alargado a dois outros postos, que podem ser colocados em outros locais do Concelho, um será na Vila de Caminha e o alargamento poderá ser para Moledo e Vila Praia de Âncora, o que vai trazer rendimento para o Município, no entanto, está na expectativa de perceber, como todos sabem os carros elétricos trabalham com determinados minérios para poderem armazenar a energia, porém, tem de perceber como é que os radicais de algumas matérias vão votar nesta matéria, mas, espera que possam votar de modo a se poder ter o combate à transição energética no Concelho de Caminha. Existe por isso, esse ponto de vista, e essa política.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Simaura Afonso, disse o Senhor Presidente que tem sempre um discurso, a colocar o Presidente da Câmara Municipal numa posição de que não gosta da Freguesia de Gondar e Orbacém, que não investe no interior, e que não olha para os eventos culturais, e até, pela primeira vez que não foi a um jantar da Associação da qual a Senhora faz parte, acusa-o de não gostar da Freguesia, de não apoiar as associações e de não querer saber da cultura das freguesias, nem do apoio social. Porém, ainda há bem pouco tempo esteve, no encontro do Rancho Folclórico das Lavradeiras de Orbacém e não a viu lá, como tão empenhada que está no apoio à freguesia e à cultura da freguesia. Também, esteve em Gondar no



Assembleia Municipal de Caminha

encontro de folclore, organizado pela Garcea, e volta a não a ver, contudo, disse ainda a Senhor Presidente que tem um protocolo com o Senhor Presidente de Junta para se fazer o caminho da aldeia, e como sabe é a Junta de Freguesia que tem que executar esse caminho, da parte da Câmara Municipal o que tinha que fazer, já está realizado, o que incube agora fazer é á Junta de Freguesia, e quando se fala que não há investimento, só para obras, para a sua freguesia desde que o este executivo tomou posse já foram 90 mil euros, fora o orçamento participativo, para educação já foram 100 mil euros investidos, porque também se aposta na educação em transporte escolar para que os meninos de Orbacém, Gondar e Vila Praia de Âncora que não tem transporte.

Quanto à fatura da água, disse o Senhor Presidente, que a Câmara tem pago a água durante todo o ano, e os acordos de água que o executivo que a Senhora Deputada apoia, que deixou por pagar, contudo, alerta a Senhora Deputada para estar atenta e ler os documentos, porque, só á Luságua este ano já se pagou 230 mil euros de faturas, estão nas contas, porque, para se ser um bom político tem que se estudar e estar bem atento, não é só ir ali papaguear aquilo que ouviu em algum sitio, no entanto, o investimento que se está a fazer em Orbacém e Gondar é na educação, na recuperação dos Moinhos de Bolsa-me, nas manifestações culturais aonde ele está e a Senhora Deputada não está, nas manifestações desportivas aonde ele está e participa e nunca lá viu a Senhora Deputada, ou seja, sempre que lá vai nunca a encontra, logo, seria bom que começasse a participar para que conheça mais a dinâmica da freguesia aonde reside, e que ele conhece muito bem.

Quanto ao investimento que se faz no interior, disse o Senhor Presidente que apenas vai recordar apenas um, porque, a Câmara Municipal quando está a investir 350 mil euros, num estudo para classificar a Serra D'Arga, aquilo que está a fazer é a enquadrar a freguesia onde reside a Senhora Deputada na área de proteção, porque o trabalho que o executivo faz é sério.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à intervenção do Senhor Deputado João Felgueiras da Silva, o Senhor Presidente saúda-o pela intervenção que ali fez, e disse que leu o relatório na Câmara Municipal, foi distribuído aos Senhores Vereadores da oposição e enviado para a Assembleia Municipal. Trata-se de um relatório muito interessante, porque, tem várias conclusões e dessas conclusões resultam muitas evidências daquilo que ali anda a dizer há muitos anos sobre o que se passava antes de 2013. Tem conclusões tão interessantes que ninguém pega, nem discute. Disse o Senhor Presidente que a Inspeção Geral de Finanças foi à Câmara Municipal, e ninguém discute essa matéria. A Inspeção Geral de Finanças diz coisas tão interessantes como por exemplo, que em outubro de 2013 a informação contabilística da Câmara Municipal não refletia a sua situação financeira real, porque havia dívida omitida ou incorretamente registada de 3.6 milhões de euros. Reparem, porque é que havia aqueles 2 milhões de euros, e ainda, fala outras coisas, que não estava refletido contabilisticamente o denominado contrato de arrendamento para fins habitacionais, E sabem o que é isso?, é o contrato da renda das piscinas. Como todos sabem vive lá muita gente!. Cujas a dívida foi apenas refletida no final de 2013 por este executivo, sabem em quanto? 6 milhões de euros que não estavam na dívida da Câmara Municipal. Disse o Senhor Presidente que já deveria ter falado disto na Câmara e na Assembleia, mas, também já não tem paciência, E porquê? Porque, explica isto, e do lado contrário não há o reconhecimento de uma verdade, não há nada. E, portanto, saúda o Senhor Deputado por ter essa paciência e ter esse distanciamento de tentar explicar, no entanto, aquilo que o Senhor Deputado ali disse é verdade. Porque, em 2015, nesta Assembleia Municipal a Câmara foi acusada de ter entregue um relatório de contas que era diferente do relatório de contas que foi aprovado na Câmara Municipal. Devem-se lembrar disso os Senhores Deputados que ali estavam? Os trabalhos pararam nesse dia e retomaram-se 3 ou 4 dias depois. Nessa altura o executivo foi chamado de tudo, foram feitos comunicados públicos sobre ilegalidade, que o Presidente martelava contas uma coisa



Assembleia Municipal de Caminha

inusitada e que iam fazer queixa ao IGF. E, fizeram queixa, e o IGF disse que a Câmara e a Assembleia tinham razão. E, agora chega-se ali, nem uma palavra sobre isso?! Pode-se dizer o que se quer. Ou seja, seria a mesma coisa que Presidente da Câmara chegar ali, insultar toda gente, falar de ilegalidades, e chega uma entidade independente e diz que não houve ilegalidades. E não vai ali, ninguém dizer que se enganaram, que aquilo que a Câmara fez, estava correto. Mas, se calhar, são os dias de hoje, porém, isso ele não quer. Disse ainda o Senhor Presidente que não ia falar sobre isso, mas, como o Senhor Deputado teve a paciência e cuidado de ler o relatório, de levar ali essa matéria, e por isso volta a reiterar a saudação e saúda também a mesa pois nessa altura teve um comportamento exemplar, foi criticada e foi inacreditável aquilo que se passou naquela sessão. Disse ainda, que naquele momento o PCP teve dúvidas, o que é normal, mas, na sessão seguinte foi ali dizer que as dúvidas estavam esclarecidas e que votariam com total abertura e transparência a proposta. Bastava isto. Será que isso dói assim tanto?! o PCP ficou afetado na sua capacidade de fazer oposição?! julga que não, mas, engrandece aqueles que tem dúvidas, mas pior quem acusou, que não foi o caso do PCP que teve dúvidas face ao que era elencado. E, portanto, julga que o PSD nessa matéria ainda tem muito que aprender, mas, também não tem habilidade para pensar que será desta que lá vai chegar.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente, que existem algumas coisas extraordinárias, não muitas que o continua a surpreender e isso é algo que só está a seu dispor, mas, quanto à questão da Ancorensis, este executivo arranjou maneira de se fazerem as obras da Escola Básica e a sede da Academia de Música com um milhão e seiscentos mil euros, do Ministro que detestam e odeiam, foi publicado o aviso, a candidatura e o projeto será aprovada amanhã ou sexta-feira, será aprovado o projeto de execução, será lançado o concurso em breve, e ainda se vai ouvir ali dizer que esta obra é do Senhor Presidente da Junta, porque, sempre a defendeu, e ainda diz que foi este executivo que fechou a



Assembleia Municipal de Caminha

Ancorensis, mas, quem a fechou foi a Ancorensis, foi ela que decidiu fechar, e em cinco responsáveis cooperantes que podiam decidir, decidiram fechar em agosto, mas, não foi por maioria, e os alunos ficaram numa situação muito difícil, e nesse momento aquilo que a Câmara tinha que fazer, era resolver o problema com o Agrupamento de Escolas, e resolveu, e vai continuar a fazer essa obra, e isso é graças ao executivo e ao Ministro da Educação. Disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Presidente de Junta que se ele fosse muito preocupado com a educação, fazia transporte escolar que é aquilo que qualquer Junta de Freguesia faz, porque os meninos que residem na Cruz Velha, Sandia, Baralha, ou, os pais os levam para a escola, ou tem que ir as outras Juntas fazer esse transporte, porque, o Senhor está-se marimbando para essa matéria, e ainda, possui instituições como Âncora Praia, Etnográfico de Vila Praia de Âncora, o Orfeão de Vila Praia de Âncora, tem várias instituições em Âncora que precisam muitas de vezes de transporte, e vão pedir à Câmara, a Câmara muitas vezes ao fim de semana não tem capacidade de ajudar todas as instituições, mas, se a Junta de Freguesia que representa tivesse transporte podia servir a toda a comunidade, porque, desse ponto de vista o Senhor não presta um bom serviço à Freguesia de Vila Praia de Âncora, mas felizmente existem outras freguesias que o fazem. Entretanto, o Senhor Presidente demonstra ali a sua solidariedade com o Senhor Presidente de Junta de Riba de Âncora, não pelo debate político que ali tiveram, mas, por aquilo que ele sofreu depois da intervenção que ali fez, porque, ele é insultado na mesma medida, ou, até, talvez mais, e é um facto, quando o Senhor tem uma conta pessoal no Facebook e deixa lá ficar comentários a insultar o Senhor Presidente de Junta, é porque, o Senhor deixa, e não acredita que outros comentários sobre outros companheiros seus ou sobre si os deixe lá ficar, esses eram apagados, como já foram muitos, e aquilo que o Senhor quer é fazer bandeira desses insultos que são dirigidos ao Senhor Presidente de Junta, que apenas esteve a fazer ali um debate político sério e leal.



[Handwritten marks: a blue star and a large black signature]

[Handwritten mark: a blue signature]

Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente que o Senhor Presidente de Junta sobre Vila Praia de Âncora, deixou ali três ou quatro notas de coisas que estão mal, no entanto, o Senhor Presidente dá nota sobre a reabilitação da estrada, quanto à entrada da rotunda da Cruz Velha, que foi feita; da Rua Padre Lima, que foi feita; do pagamento das indemnizações aos herdeiros do Dólmén da Barrosa que foram pagas; da 1.^a fase da obra do Dólmén da Barrosa que foi feita; da Ecovia a Norte para ligar a Moledo, feita; do Passeio Francisco Sampaio que liga a Âncora, feito; as obras no lugar Rocha em mais do que uma Rua, que foram feitas; da expansão de rede de gás em Vila Praia de Âncora, que está a ser feita; da colocação de fibra ótica em Vila Praia de Âncora, que está a ser feita; da reabilitação e abertura do Forte da Lagarteira, feito e quem trata da iluminação pública é a Câmara Municipal, porque ele não tem holofotes no gabinete, tem um poster do Benfica que lhe colocaram quando ganharam o campeonato, da equipa de intervenção permanente dos bombeiros, feito em Vila Praia de Âncora; da recuperação do Cineteatro dos Bombeiros, feito em Vila Praia de Âncora; da reabilitação do Nó da Erva Verde, feito em Vila Praia de Âncora; da concretização da passagem pedonal na travessa do teatro que se está a fazer em Vila Praia de Âncora; da criação de uma escola secundaria pública, feita em Vila Praia de Âncora; da construção que está em curso da sede do Etnográfico em Vila Praia de Âncora; da criação de um espaço cidadão, que vai ser inaugurado brevemente em Vila Praia de Âncora; do projeto Escola Básica e AMFF, que vai ser apresentado e aprovado já esta sexta-feira, por isso, existe muito para fazer, mas, para quem só olha para os buracos, acaba por cair neles.

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs o período de réplica.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse que o Senhor Presidente de Junta de Riba de Âncora, demonstrou ali mais uma vez que tem ódio de Vila Praia de Âncora e não se



Assembleia Municipal de Caminha

sabe porquê?, referindo que não retira uma palavra daquilo que ali disse sobre Vila Praia de Âncora, e cobardemente atacou Vila Praia de Âncora e os Ancorenses. Voltou a falar dos bonsais que custaram 750 euros, a verdade é que custaram 250 euros, mas, se fosse esse o valor o Senhor não tinha nada a ver com isso. E que mal lhe fazem os bonsais? uma vez que todo a gente gostava deles. Qual o problema?!

Perguntou ainda o Senhor Presidente de Junta, aonde foi buscar que ele recebia da Câmara Municipal de Caminha ajudas no valor de cento e tal mil euros, diga quando? Sabe, quanto a Junta recebe para limpeza por ano, 12 a 13 mil euros, no entanto, se juntar todos os anos que se recebeu, é a mesma coisa que quando se recebe o vencimento no final de mês, e se não o gastar estaria riquíssimo, mas, o problema é que tem de se comer e beber, e o pessoal que trabalha na Junta de Freguesia tem que ser pago, e, esses 12 mil euros que se recebe por ano, não chega para pagar a um funcionário. No entanto, a Junta de freguesia investiu em meios acima de 40 mil euros para poder fazer essas limpezas. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que ajudam todas as instituições e coletividades durante o ano, e só não se ajuda mais porque não meios financeiros para isso, e quando fala do FEF, esse é da Junta, aliás, todas as Juntas o recebem, ronda os 50 mil euros/ano. E para uma Junta como Vila Praia de Âncora, a Freguesia mais populosa do Concelho de Caminha, aonde trabalham 5 funcionários, julga que chega. Mas, como anda tão preocupado com a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, pergunta, porque não se preocupa com a sua Freguesia?, aonde existem ruas em um estado lastimoso, mas, quando se fala a verdade ficam feridos de morte, porquê?.

Quanto ao que está escrito no Facebook, disse o Senhor Presidente de Junta que não sabe se está no dele se no da Junta de Freguesia, mas, a verdade é que as pessoas não gostaram daquilo que ali se passou na última sessão da Assembleia Municipal, e não vai ser ele que vai dar educação às pessoas, porque, tem todo o direito de se manifestarem, e, o Senhor Presidente é que



Assembleia Municipal de Caminha

quando ali vai atacar Vila Praia de Âncora deve ter esse cuidado, porque, ele nunca atacou Riba de Âncora.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, agradeceu ao Senhor Presidente os esclarecidos ali prestados, e disse que a Câmara de Caminha tem feito algum trabalho nessa matéria, trata-se de uma matéria que está na ordem do dia , mas, aquilo que entende é que essas medidas não se podem constituir avulso, e quando refere avulso, não quer dizer que não haja estratégia por detrás, as pessoas tem que persentir de alguma forma que existe uma agenda a esse nível, porque, o mais importante que uma Câmara Municipal pode fazer com os resultados obtidos desse trabalho que faz é a capacidade de alterar comportamentos junto das pessoas, isso passa pela forma como se comunica e como se apresentam objetivos e prioridades e estratégias políticas às pessoas, e é nesse sentido que um plano estratégico de sustentabilidade mais do que uma ideia pomposa é uma ideia de comunicação sobre a forma como são encaradas as prioridades da Câmara relativamente a uma determinada matéria, e esse trabalho, numa lógica que é transparente da parte quer de um executivo, ou, da oposição, tem que ser avaliado o trabalho que está a ser feito e tem que ser avaliada a sua evolução ano após ano, logo, esta réplica é para fazer uma única pergunta, está o executivo municipal disponível para apresentar a partir do próximo ano relatórios municipais de sustentabilidade, como tem feito Câmaras do Partidos Socialista, por exemplo, Vila Nova de Cerveira, ou, do Partido Social Democrata, como Vila Nova de Famalicão, ou, Independentes, como o Porto. Está a Câmara Municipal disponível para fazer um trabalho de apresentação de relatórios de sustentabilidade ano após ano?

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, disse que não tem nada contra Vila Praia de Âncora. No entanto, o Senhor Presidente da Junta é que não gostou que ele tivesse opinião sobre um espaço, no entanto, tem todo o direito de ter opinião, porque é livre. Mas, o



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente fala tanto sobre o 25 de Abril, e depois quer cortar a palavra as pessoas, isso é que não pode acontecer. Quanto à compra dos bonsais, disse ainda o Senhor Presidente da Junta, que gostava que o Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, apresentasse uma fatura para provar que ele está enganado ao dizer que cada bonsai custou 250€, e quanto às despesas do Acordo de Execução para limpeza de valetas aquilo que ali afirma é que só recebe 12 mil euros por ano, contudo, vai consultar novamente a documentação, porque não foi isso que lá viu, e se estiver enganado, na próxima sessão estará ali para desfazer esse engano.

Para terminar, disse ainda que não tem nada contra Vila Praia de Âncora, nem contra o Senhor Presidente, mas, os insultos que a ele foram feitos, à sua esposa e à sua mãe, isso não o admite a ninguém, até, porque nunca viu na sua vida semelhante coisa. E pergunta se, isso acontecesse ao contrário qual seria a reação que o PSD teria tido.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, disse que o Senhor Presidente da Câmara tem alguns problemas quando se fala a verdade, o Senhor tem feito muitas obras em Vila Praia de Âncora, e quando ele ali falou sobre a Rua Padre Lima, a qual foi feita pela Câmara e está muito bonita, apenas referiu que, aquilo que lhe custa ver é que está toda esburacada.

Relativamente à carrinha para transporte de pessoas e crianças, disse o Senhor Presidente da Junta que não tem dinheiro, e o Senhor Presidente sabe que o investimento que se vai fazer no alargamento do Cemitério é mais de 200 mil euros, no entanto, se a Câmara ajudar a comprar a carrinha e colocar condutor e o acompanhante para as crianças, então, faz-se um acordo.

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, disse ao Senhor Deputado Carlos Videira que a Câmara está disponível para prestar contas sobre o trabalho que vindo a fazer. No entanto, a Câmara está bastante á vontade



Assembleia Municipal de Caminha

nessa matéria, até do ponto de vista estratégico a escolha deste executivo foi sempre uma aposta pela sustentabilidade, que foi criticada, basta olhar para as atas e papeis e ver a proteção que se fez, a capacidade que o executivo teve de proteger os leitos de rio, as áreas protegidas, as florestas e as suas imediações. A zona costeira foi estrategicamente criticada por aqueles que se queixavam que se iria perder um conjunto de investimentos, porque não se deixa construir em cima da floresta ou em cima das Dunas, mas, isso ficou ali muito claro com o debate que ali tiveram, porque aquilo que o executivo entendem foi que a proteção dessas florestas, desses rios e Dunas, é fundamental para preservar aquilo que o Concelho tem para oferecer, que é a paisagem e a sua biodiversidade, logo, o executivo tem feito esse trabalho, no entanto, se se tiver que dar nota mas estruturada sobre isso, a Câmara tem os relatórios sobre os resíduos urbanos, sobre as reciclagens, sobre a proteção de floresta, nomeadamente, sobre limpeza, área ardida e este ano foi o segundo Concelho com menos área ardida, o que não quer dizer nada para um futuro, no entanto, algum trabalho tem vindo a ser feito, naquilo que tem a ver com eficiência energética, disse o Senhor Presidente como refere o plano de saneamento financeiro que ali está para debater, também, tem lá uma fatia de poupança nesta área, é uma das vertentes que se apresentou, porque é estratégico se poder poupar mais em iluminação pública, e na utilização de combustíveis nas viaturas. Disse também, que existe agora a questão do carregamento das baterias elétricas nos automóveis, a qual se insere numa estratégia mais global, embora seja a dedada do executivo na pegada total que acabaram por deixar, no entanto, não sabe se hoje está disponível para poder ter um relatório que aglomere todas essas matérias, mas, o executivo está sempre disponível para poder dar conta do trabalho executado nessa área da sustentabilidade, o qual o honra.

Quanto à intervenção que ali fez o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que ele tem uma forma de atuar e de falar da sua Freguesia sempre negativa, julga, por isso que não é positivo, apesar,



Assembleia Municipal de Caminha

que não deva estar calado perante as dificuldades, como os outros Presidentes de Junta. Disse ainda o Senhor Presidente que a Freguesia que representa tem um potencial extraordinário, tem sido realizado um trabalho meritório por parte das Associações, os clubes de futebol estão em escalões aonde nunca estiveram, o Orfeão ainda este mês vai cantar o Glória de Vivaldi com grandes orquestras nacionais, o Etnográfico vai ter uma nova sede, com novos eventos como o ÂncoraFolk, a Vila está mais bonita ao se colocar flores naturais no Vila Praia em Flor, tem-se recuperado um conjunto de espaços, ou seja, Vila Praia de Âncora está mais bonita.

Quanto, a não ter dinheiro a Junta de Freguesia, disse o Senhor Presidente que desde que este executivo tomou posse a Junta de Freguesia recebeu até ao momento para despesas correntes, 188 mil euros, e tem uma vantagem em relação ao passado, é que recebe de uma forma adiantada, e estas despesas de capital servem para limpar valetas, tratar dos espaços verdes, mudar mobiliário urbano, como todas as juntas recebem, porém, não o mesmo valor. Recebeu também, Vila Praia de Âncora cerca de 188 mil euros para despesas de capital, para fazer obra direta, no entanto, se o Senhor Presidente de Junta fizer as contas ao dinheiro que a Câmara Municipal disponibilizou para Vila Praia de Âncora, no valor de 225 mil euros, e o Senhor não utilizou o dinheiro que tinha, não o quis, é só fazer as contas ao que está nos protocolos e o que é disponibilizado e o Senhor Presidente não chegou a gastar a totalidade do dinheiro que tinha para Vila Praia de Âncora, logo, com os recursos que se tem, devesse gerir esses recursos e fazer o que se tem que fazer. Disse ainda o Senhor Presidente que ao contrario daquilo que diz que as pessoas não gostaram da intervenção do Senhor Paulo Alvarenga na última sessão desta Assembleia, pois ele ouviu muita gente que gostou dessa intervenção, mas, até à última sessão o Senhor Presidente de Junta refletiu, porque dizia que não tinha nada a ver com limpezas em Vila Praia de Âncora, porém, agora já diz que recebe dinheiro para essa rubrica, agora, isto é o bom da dialética democrática.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Por fim, disse o Senhor Presidente que sobre essa matéria o Senhor Presidente de Junta, já ficou esclarecido, que não existe o dinheiro como todos querem, a própria Câmara Municipal tem essas dificuldades, que todos vocês evidenciam em muitas matérias, e cada um faz aquilo que pode fazer, uns fazem bem e outros menos bem.

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Deputado Pedro Casal**, deu início à sua intervenção e disse que;
“A situação financeira do Município é desesperada, por isso mesmo veem propor um Plano de Saneamento Financeiro.

Só de setembro para cá, as dívidas assumidas aumentaram cerca de 1 530 000 €, isto no espaço de 75 dias, o que dá uma média de endividamento de 20 400 por dia.

A diferença entre as disponibilidades, ou seja, o dinheiro disponível em caixa e os encargos assumidos e não pagos agravou-se em 392 000 € neste lapso de tempo.

Finalmente, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios portugueses publicado há um mês atrás, o município de Caminha é o 33.º mais endividado de Portugal entre os 308 existentes, o que até não é mal, ainda há 32 piores que nós. Já em tempo médio de pagamento a fornecedores, estamos em 8.º lugar pagando em média a 9 meses, isto quando pagam.

Senhor Presidente, não venha novamente atirar areia para os olhos dos munícipes dizendo que a culpa de todos os males é do tempo em que o PSD era poder e assumia de uma vez por todas a sua incapacidade para gerir os destinos da nossa terra.

Disse.”



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Relativamente a esta informação que nos chegou às mãos, penso que nos devemos todos congratular com o desempenho deste executivo no que respeita às obras realizadas e às que ainda decorrem sejam elas por iniciativa própria ou por cofinanciamento.

Refiro-me naturalmente às obras de reabilitação urbana do centro Histórico vila de Caminha, da zona da Sandia em Vila Praia de Âncora, e às diversas redes de saneamento e renovação de redes de água em algumas freguesias do Concelho.

Por isso Sr. Presidente, permita-me que o questione: Em que ponto se encontram estas obras que estão a decorrer? Em que ponto se encontram as que já sabemos que foram aprovadas, mas ainda não iniciaram seja a da Escola Sidónio Pais?

Sabemos que os tempos são difíceis mas face à clara aposta que prevê fazer, tal como se poderá verificar mais à frente quando falarmos do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2020, no Investimento, queremos saber precisamente, se optou e planeou mais obras para o nosso Concelho.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse quanto à intervenção da Senhora Deputada Paula Aldeia, que existem um conjunto de investimentos que tem vindo a serem feitos no Concelho de Caminha que são investimentos que partem de uma análise muito rigorosa sobre a capacidade que a Câmara tem de concretizar o seu programa eleitoral que sufragou junto da população. Quem os acompanha ali tem de perceber estas dimensões. Por um lado, existe a intervenção do Deputado Pedro Casal que vem ali dizer que a Câmara está falida, que a Câmara desperdiça dinheiro, que a Câmara está desesperada,



Assembleia Municipal de Caminha

que acumulam dívida, no entanto, há o outro lado com a exigência de obra que é necessário fazer, obra que beneficia a nossa população. Mas, o Senhor Presidente julga que não existem dúvidas sobre a obra que há no terreno e a obra que se tem vindo a fazer. Mesmo, assim, às vezes as mesmas pessoas que dizem que se está a desperdiçar dinheiro, depois dizem que é preciso mais obra. Mas, isso é da coerência de cada um.

Disse ainda o Senhor Presidente que o executivo tem a obra no Centro histórico de Caminha a pleno vapor, com a Rua de Ricardo Joaquim de Sousa praticamente pronta, o Largo dos Combatentes, do antigo posto de turismo, já preparado para ser intervencionado, também está em intervenção aquele que é mais conhecido como Largo da Junta e só não anda mais depressa, porque tem chovido quase ininterruptamente no último mês.

No entanto, disse o Senhor Presidente que esta primeira fase da obra do Centro Histórico, ficará concluída até ao Natal, mas, sempre um pouco condicionado. Logo, depois irá avançar a obra da Rua de S. João, que é uma obra que manterá muitos dos lugares de estacionamento, alterando a linha do estacionamento que deixará de ser à esquerda, e passará a ser à direita, beneficiando a zona de maior comércio, mas, sem prejudicar o comércio que existe do lado direito, e permitirá que os veículos circulem pela Praça Concelheiro Silva Torres, apesar de não poderem estacionar junto à Praça, e retirando a questão dos táxis, criando ali uma ampla zona que está a requalificar aquilo que é aquela visão panorâmica e monumental da Praça Concelheiro Silva Torres. Disse ainda, que o concurso está em fase de terminar, já foram apresentadas propostas, e estão a ser avaliadas, depois de avaliadas nos próximos dias, haverá uma decisão, um período de reclamação e seguidamente a decisão final que se tudo correr bem ficará fechado burocraticamente ainda este ano para que as obras possam arrancar logo de seguida.

Disse o Senhor Presidente que também tem a obra da Escola Básica de Vila Praia de Âncora com a Academia de Música, já se conseguiu o financiamento



Assembleia Municipal de Caminha

do projeto, o qual está a caminho de ser aprovado, para logo depois ser lançado o concurso de modo a que as obras possam eventualmente começar no período de pausa para férias, férias de verão, mas, quanto à obra da Escola de Caminha que tantos anseiam, e que tem sido alvo de alguma e intensa espera, disse o Senhor Presidente que a obra inicie na próxima terça-feira.

Disse também o Senhor Presidente que nos últimos dias foi apresentado o “Projeto Cultura para Todos”, que é um projeto que vai trazer a Caminha grandes nomes do panorama artístico nacional, vai interagir com a população na área da fotografia, na área das artes plásticas, na área da leitura e na área da música e do teatro. E, portanto, é ter um projeto que vai valorizar a comunidade e impressionar todos sobre a qualidade do que se espera fazer.

Também disse que se tem a valorização da Serra D'Arga em duas vertentes. Com uma candidatura que já se apresentou estes dias para fazer os Caminhos dos Romeiros, a sinalética, a recuperação da Casa da Professora em Arga D'Baixo para ser a centralidade de um conjunto de ciclovias, de ecovias, que existem naquela zona e finalmente a recuperação do pontão do lobo destruído a alguns anos. E ainda, se tem a candidatura que foi aprovada e que será retificada na próxima reunião da Câmara, que se trata de uma candidatura com Ponte de Lima e Viana do Castelo para a valorização do património equestre dos garranos da Serra D'Arga de modo a se puder valorizar os caminhos e os espaços onde andam, e tudo está inserido no trabalho estratégico de valorização da Serra D'Arga.

Informou ainda o Senhor Presidente das candidaturas da eficiência energética ao longo dos próximos 2 anos, que se irá apresentar candidaturas fatiadas no valor global de 700 mil euros. E, por exemplo, ainda esta semana foi apresentada uma candidatura de cerca de 130 ou 140 mil euros, para substituição de algumas luminárias e consolidação de alguns espaços municipais.

Informou também o Senhor Presidente sobre a candidatura lançada pela Câmara Municipal no âmbito do Revive, do Forte da Ínsua. O qual não



Assembleia Municipal de Caminha

pertence ao júri, é o Senhor Vice-Presidente que faz parte. Foi público que foram recebidas 4 candidaturas e o que está a acontecer é que as candidaturas estão a ser avaliadas pelos sete membros do júri e esses membros do júri estão por todo o lado, como, o Turismo de Portugal, a Direção Geral do Património, a Câmara Municipal, do Tesouro e Finanças, são todo um conjunto de pessoas que estão a avaliar essas candidaturas e certamente muito em breve haverá uma decisão final, e dessa decisão final, decorrerá o período de reclamações, e aquilo que executivo espera, é que em primeira instância enquanto Câmara Municipal que as candidaturas sejam válidas, que cumpram todos os requisitos: requisitos legais, requisitos de concurso, para poderem ser avaliadas no seu contexto e na sua valia. E tem de passar esse primeiro crivo, saber se tem todos os documentos, se apresentam todos os fatores de legalidade para que haja pelo menos uma candidatura preparada para ser avaliada.

Informou ainda o Senhor Presidente que o projeto de execução do mercado de Caminha, está aprovado, está concluído e será submetida a candidatura de empreitada nas próximas semanas, logo, o executivo está absolutamente à vontade sobre as candidaturas que apresentaram e sobre o trabalho e o investimento que tem para apresentar.

Quanto às candidaturas de saneamento, disse ainda que são 2 milhões de euros que vão beneficiar freguesias como Moledo, Venade, Azevedo e Âncora, os concursos de empreitada serão lançados em breve, no entanto, já deve ser as Águas do Alto Minho a lançar os concursos de empreitada porque irá favorecer a máquina burocrática do Município.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Pedro Casal, disse o Senhor Presidente que é mais fácil ler apenas as letras grandes da informação financeira. E de facto, ao se olhar para a informação financeira que a Câmara ali traz, vê-se 14 milhões e 500 mil euros de faturas não pagas, e ao se olhar para aqueles números, é assustador, porque é um valor bastante elevado, mas, a verdade é que este valor em termos de dívida a fornecedores é menor



Assembleia Municipal de Caminha

que o valor que se tinha no início do ano. A Câmara Municipal na primeira informação financeira que fez em 2019 tinha uma logica de apresentação que era a logica apresentada pelas diversas instituições e que apontavam para só levar a esta Assembleia as dividas que se tinha a devedores. Faturas vencidas e não pagas. Em fevereiro de 2019 por exemplo estava com 7 milhões e 800 mil euros, mas, neste momento as dividas a esses fornecedores faturas vencidas e não pagas são 6 milhões e 300 mil euros. Não o descansa, mas é bem diferente de 14 milhões e 500 mil euros. E, porque, é que são 14 e 500 mil euros?, porque estão inseridas mais de 1 milhão de euros, que é o valor que Câmara tem de cumprir e de concretizar de capital social na POLIS LITORAL NORTE que falta concretizar e o valor de 7 milhões e 200 mil euros é o valor dos acordos que o executivo tem a pagar. Ou seja, o executivo tem que pagar, mas, é como um empréstimo que se pede para as nossas casas, deve-se ao banco uns 150 mil euros, mas não se sente que esteja a dever ao banco no sentido em que se paga todos os meses aquele quantia. E com estes acordos num total de 7 milhões e 200 mil euros, o executivo não está propriamente a dever, eles estão lá, é uma divida, mas, está-se a pagar essa divida todos os meses, ou de forma trimestral. Logo, aquilo que dizer para o poder descansar de algum modo, embora ainda os números sejam elevados e tragam dificuldades, espera que no debate do orçamento na bancada do PSD com estes números não venham pedir mais coisas, e, na verdade o valor de divida a fornecedores de faturas vencidas e não pagas é de 6 milhões e 300 mil euros o que é até inferior aos 7 milhões e 800 mil euros que se tinha no início do ano. O executivo está a fazer paulatinamente o seu trabalho e aquilo que ali está a dizer é que desta divida a fornecedores destes 6 milhões e 300 mil euros de hoje estão ali incluídos, os 4 milhões e 300 mil euros do pedido de empréstimo de faturas não pagas que tem a seguir. O que quer dizer que se se resolver esse problema, se os Senhores Deputados ajudarem a aprovar esse empréstimo o valor a fornecedores é bastante diferente e está numa linha relativamente normal, porque se a Câmara pagar a 60 dias só nesse período



Assembleia Municipal de Caminha

normal fatura-se logo 2 ou 3 milhões de euros. É isso que está ali em causa, não é perfeito, não está ali a salvação, não está a dizer que neste momento a Câmara tem os problemas resolvidos, longe disso, mas é a lógica que permanece ali e que de algum modo essa questão o permitiu explicar.

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 13 de setembro 2019

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 13 de setembro 2019”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de vinte e oito de outubro de dois mil e dezanove, relativa às **“Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020”.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Mário Molinos**, disse que a CDU nestas Grandes Opções do Plano, julga que isto tem que ser feito, o que não reflete nenhuma surpresa, ou, ousadia, porque a situação a que se chegou não é muito boa, pelo que, não podem dizer que votam contra, porém, também não estão muito entusiasmados. Disse o Senhor Deputado que se houvesse maior diálogo talvez se conseguisse ser um pouco mais ambicioso, no entanto, é uma coisa que se tem que fazer, porque a democracia é uma formalidade, e aproveita para dizer que o estatuto da oposição desta vez não foi cumprido, o qual costuma ser. No entanto, volta a reiterar que a democracia é um cumprimento de formalidades, porque previne exatamente isso, ou seja, as pessoas podem dialogar, mesmo existindo contendas, mas, a Câmara não pode deixar de funcionar, porque, não são inimigos, apenas são adversários, e tem que ser respeitado para o bem da própria democracia.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Anualmente, somos aqui chamados a refletir, analisar e pronunciarmo-nos sobre um dos documentos mais importantes que nos é apresentado. O Documento que traça as linhas orientativas gerais, a previsão daquilo que se quer alcançar em 2020.

22 Milhões, 972 mil, 453 euros, é o valor previsto para a despesa global e para uma receita global de igual montante.

Apesar de haver quem goste de apenas falar de números e percentagens, pessoalmente prefiro falar pouco de números e mais em factos, tentando ser o mais clara possível para que todos possamos entender do que falamos e desmistifiquemos assim, algumas das falsidades que são espalhadas, e neste caso, sabemos por quem, na comunicação social, nas redes sociais e nos comunicados deixados nas caixas do correio.



Assembleia Municipal de Caminha

Caros Municípes, não há como negar que a situação é difícil, que vai continuar a ser difícil, mas que estamos no bom caminho.

O que este documento nos diz é que se vai continuar a cortar na despesa, mas que apesar de tudo isso, os compromissos de continuidade nas políticas sociais, com o apoio às famílias, aos idosos, à educação, à Cultura, ao desporto vão permanecer. O que este documento nos mostra claramente, são as opções políticas deste executivo, baseadas nas obras e no Investimento, tanto na continuidade de projetos em curso como no surgimento de novos propósitos.

Na educação A Escola Secundária Sidónio Pais, a Escola Básica de Vila Praia de Âncora, a sede da Academia de Música Fernandes Fão.

Na Cultura, a sede do Etnográfico de Vila Praia de Âncora e a qualificação do Forte da Lagarteira que, ainda que se trate de uma requalificação de espaço publico, tem também uma componente cultural assim como o tem a valorização de património imaterial dos caminhos dos romeiros de São João d'Arga ou a reconstrução do Pontão do Lobo também na serra d'Arga. Na cidadania com a continuidade dos programas de esterilização de animais e a conclusão das obras do espaço do cidadão em Vila Praia de Âncora.

Na sustentabilidade e prevenção ambiental com o investimento em eficiência energética em edifícios e iluminação pública, com o forte investimento em sistemas de drenagem e condução de águas residuais e em sistemas de captação e distribuição de água, as novas obras com a rede de saneamento em algumas freguesias.

Na qualificação do espaço Público com as obras a decorrer de toda a Zona da Sandia, Vista Alegre e Camboas, as Obras do Centro Histórico de Caminha que entrarão no próximo ano na segunda fase da sua execução com a intervenção na rua de S. João e na Praça Conselheiro Silva Torres dando assim um novo rosto à sala de visitas da vila de Caminha e finalmente o arranque em 2020 da obra de construção do novo mercado com um financiamento no âmbito do PARU na ordem dos 600.000€.



Assembleia Municipal de Caminha

Teremos ainda em Seixas, a obra do cais de S. Bento assim como a ecovia que liga S. Bento às Pedras Ruivas. A ecovia do Camarido em Moledo, a concretização do parque infantil em Vilar de Mouros, a criação de percursos natureza em diversos espaços do concelho, as diversas obras previstas para as freguesias, obras que levarão à melhoria do nosso espaço público, quer para nós que cá vivemos, quer para quem nos visita.

Por tudo o que foi feito e por tudo quanto ainda se pretende fazer, não aprovar este documento porque, segundo alguns, não prevê o apoio às famílias é FALSO! Vejam-se os apoios sociais criados com o acesso aos medicamentos gratuitos, aos livros gratuitos, aos transportes escolares gratuitos, aos transportes para os seniores com mais de 65 anos gratuitos, às bolsas para estudantes, isto não é apoio às famílias e às pessoas?

Por tudo o que foi feito e por tudo quanto ainda se pretende fazer, não aprovar este documento porque, segundo alguns, não se vislumbra estratégia nem mudanças de paradigma é FALSO! Veja-se onde estávamos, onde estamos, como aqui chegamos! Um Concelho onde o desemprego diminuiu, onde a taxa de ocupação hoteleira duplicou! Por tudo o que foi feito e por tudo quanto ainda se pretende fazer, não aprovar este documento trazendo para cima da mesa o assunto Piscina Municipal, um dos maiores cancro financeiros do nosso Município até ao momento e que esperamos em breve ver resolvido é no mínimo caricato! Por tudo o que foi feito e por tudo quanto ainda se pretende fazer, não aprovar este documento porque, segundo alguns, este executivo não sabe o que quer é FALSO! Veja-se como se fala do nosso concelho, quem e quantos nos visitam, veja-se como podem os Srs. Presidentes de Junta trabalhar sabendo com o contam!

Caros Deputados, Caros Presidentes de Junta, caros Municípes, Esta reflexão e análise deve ser feita com o maior rigor possível, seriamente, e deveria ficar à margem das picardias partidárias, já que TODOS os que aqui estamos devemos ser conscientes, conscientes do passado, conscientes do presente e sobretudo pensar no Futuro.



Assembleia Municipal de Caminha

Por isso, e porque achamos que é disto que se trata, de seriedade e de Futuro, o Partido Socialista irá votar favoravelmente estes documentos.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“É confrangedor verificar, que este documento que hoje aqui discutimos, não tem a mínima preocupação em criar riqueza em Caminha.

O próprio TecCaminha continua parado e esquecido, sem abrir portas a tantos e tantos jovens e empresários empreendedores para fazerem incubar ideias e projetos que poderiam potenciar a economia de todo o nosso território.

Sobre as obras elencadas neste documento, não existe uma referência, uma palavra, para a ampliação das zonas empresariais ou industriais, tão pouco para aquisição de terrenos para o alargamento da zona empresarial da Gelfa.

Não há preocupação de criar riqueza!

Referem demagogicamente o apoio às famílias, mas desde 2014 que cortaram o apoio anual ao nascimento dos filhos residentes.

Não facilitam a aquisição do primeiro Lar a jovens casais.

Negam a possibilidade de termos o IMI Familiar.

Não há uma política de fixação de jovens no nosso Concelho.

Lamentamos também o fraco ou quase inexistente investimento no sector social.

Quem mais precisa, continuará a não ter apoios dignos de uma autarquia que se diz amiga das famílias.

Não podemos deixar de referir que neste documento, a questão dos empréstimos a curto prazo, cuja correspondência entre despesa e receita não se verifica o que leva a crer que são números trabalhados para acertar o orçamento, não havendo qualquer rigor.



Assembleia Municipal de Caminha

Este Orçamento para 2020 continua a ser um documento simplista, de difícil leitura, irrealista, que mistura análises de dificuldades financeiras mal ou insuficientemente justificadas.

Por tudo isto e porque:

- Está tecnicamente mal elaborado com valores sem correspondência entre receita e despesa;
- Não cria riqueza esquecendo os empresários e a dinamização e alargamento das zonas industriais;
- Não prevê apoio para as famílias;
- Este documento mais uma vez prova que este Executivo não sabe o que quer para o Concelho de Caminha, continuando completamente perdido nos compromissos que não pagou, sem soluções credíveis e com um plano de saneamento financeiro elaborado sem respetivo estudo, não se vislumbrando estratégia nem mudança de paradigmas.

Só poderemos votar contra.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que o Plano e Orçamento do próximo ano é um plano que visa equilibrar aquilo que é uma previsão de receita e da despesa, e para as pessoas que estão lá em casa a ouvir, mas, nem sempre é óbvio para as oposições, para aqueles que fazem o combate político, porque parece que existe uma gaveta de receita que sempre sai e que por isso a despesa pode ser infinita, mas não é assim. E todos os municípios do Concelho Caminha sabem que não é assim. Porque, houve a necessidade de aumentar o IMI, o preço da água, porque era necessário recorrer às despesas, aquelas que se vão acumulando ao longo dos anos por más opções àquilo que é a atividade da Câmara. Este plano e orçamento prevê uma receita e uma despesa na ordem dos 23 milhões de euros, e prevê diminuir a despesa corrente o que é algo muito importante no esforço que se tem vindo a fazer, e para que as pessoas percebam que a Câmara está a gastar menos. E a Câmara está a gastar menos em despesa corrente, não é de



Assembleia Municipal de Caminha

agora em cerca de 1.5 milhões de euros por ano do que a média do executivo anterior a este. Mas, o problema é que se tem muitos compromissos do passado e do presente para pagar.

Disse ainda o Senhor Presidente, que este Plano e Orçamento tem em si uma solução que é preciso compreender. Nele, ainda não está a previsão que se vai ter com os empréstimos que ainda se irão votar e que se tem de submeter ao Tribunal de Contas. No dia em que houver a certeza da aprovação dos 2 empréstimos ou de um dos empréstimos terá que se fazer uma revisão orçamental, mas, isso está expurgado nessa dificuldade. O que está ali previsto é o que se vai pagar no próximo ano com as despesas que o executivo prevê ter e com as obras que prevê fazer. E, disse ainda que existe uma receita que se perdeu. A receita da água. Porque, as pessoas pagavam a água na Câmara e tinha-se essa receita. No entanto, a despesa continua a haver. Onde? Nos edifícios municipais, na rega dos jardins públicos e com as instituições, que se vai ter de resolver essa situação. Porque há muitas instituições, muitas organizações que consomem água e não pagam, tudo isso terá que ser acautelado.

Disse ainda o Senhor Presidente, que ainda se tem muita obra para fazer como referiu a Senhora Deputada Paula Aldeia na sua intervenção, e também numa intervenção anterior sobre os projetos que se tem aprovados, logo, é isso que este orçamento prevê. Referiu ainda que o debate sobre o orçamento ou não se faz, no sentido em que o PCP ali o deixou, ao dizer que é uma opção deste executivo. É uma apresentação de ideias consubstanciadas numa previsão de receita e despesa o executivo, não a impedem. É o mapa a seguir no próximo ano do ponto de vista financeiro. Não a aplaudem, mas, também não rejeitam. No entanto, há uma posição que é do Partido Socialista que apoia este orçamento. E seguidamente há uma posição que é da oposição, de estar contra o orçamento, logo, é a Democracia. Mas, não basta estar contra o orçamento. É preciso dizer porque se está contra e dizer isso com alguma realidade. E, o posicionamento do PSD sobre este orçamento, é que a Câmara



Assembleia Municipal de Caminha

é gastadora; só faz despesa; a Câmara só tem faturas por pagar, no entanto, querem que se gaste mais, mas, não se pode subir a receita, tem de diminuir. É esta a posição do PSD, e, foi essa a posição que o PSD ali levou sobre esta matéria, no entanto, é uma posição que se baseia naquilo que foi o posicionamento do PSD na Câmara, e desse ponto de vista sim há coerência, porque é a mesma. Disse ainda, o Senhor Presidente, que sobre o ponto de vista técnico, vai dar uma palavra, e estão ali os técnicos, a Dr.^a Carina Aldeia e o Dr.^o João Fernando, que tiveram o cuidado de preparar este orçamento numa situação particularmente difícil, porque a chefia de divisão, não esteve, está de licença de maternidade, tiveram de preparar este orçamento com ele ao longo destes dias, e não deixa de lhes dar uma palavra de agradecimento pelo esforço e de reconhecimento pela qualidade do documento, porque é um documento que bate a cara com careta, receita com despesa. E só quem não percebe nada disso, é que pode dizer o contrário, está tudo comprovado. E por isso o que não vale é usar argumentos falsos, argumentos risíveis ou argumentos que não são sérios num debate como este. Argumentos falsos. E, a posição do PSD sobre esta matéria, diz que a culpa da situação financeira da Câmara, foi porque se diminuiu a receita desde 2014. Porque, o executivo baixou os impostos o que fez que a receita diminuísse. Mas, a verdade, é que a receita não diminuiu desde 2014, subiu. A Câmara desde 2014 teve sempre mais receita que nos anos anteriores foi sempre em subida, e já provou isso ali, está nas contas. Esta repetição da mentira é algo que o surpreende sempre, mas, repudia. E, é mentira que houve um prejuízo de 4 milhões de euros na receita dos últimos anos, desde 2014, porque subiu esta receita. O IMI com as atualizações permitiu subir a receita com cargas de percentagem de taxas menores. Não é verdade por exemplo, como ali é dito nas declarações de voto que o PSD apresenta por escrito na Câmara que não se paga à LUSAGUA, já ali o disse, que pagam. Não é verdade que a Câmara não paga rendas das piscinas há 5 anos. Isso está escrito pelo PSD. Contudo, este executivo já pagou 3 milhões 480 mil e 26 euros e 54 cêntimos, de rendas das piscinas. No



Assembleia Municipal de Caminha

entanto, vejam o à-vontade e a falta de vergonha com que se escreve que a Câmara não paga há 5 anos as rendas das piscinas. E, mais, as piscinas custaram 5 milhões e 500 mil euros, e esta Câmara nestes anos já pagou 3 milhões e 400 mil euros. Agora, devem imaginar se fosse um negócio bom para a Câmara, e ainda se tem de estar a pagar até 2033, como querem 19 milhões de euros.

Disse ainda o Senhor Presidente que o PSD diz e escreve que desde 2014 a 2018, esta Câmara apenas investiu 6.3 milhões de euros, o que dá uma média anual de 2.6 milhões, e chama a atenção para duas coisas. Em primeiro lugar escrever como escreveu o PSD que desde 2014 a 2018 apenas se investiu 6.3 milhões de euros não só é mentira, como é ridículo. Porque, a Câmara nestes 5 anos investiu 19 milhões e 800 mil euros em despesas de capital. Mas, vejam só como o PSD faz contas. Só na frase deles que dizem que a Câmara investiu 6.3 milhões em 5 anos isso dá uma média de 2.6. Como é que 6 a dividir por 5 dá 2. Este é o problema que se tem na Câmara nas mesmas pessoas que fizeram contas para estas declarações de voto, são as mesmas que fizeram durante os anos anteriores aqueles que este executivo chegou à Câmara. Agora, aquilo que o executivo tem de fazer é apresentar os documentos verdadeiros e ser sérios. Não se pode dizer que andam a gastar dinheiro, não como as intervenções que ali se ouviram, ou, nas intervenções que foram tidas na Câmara Municipal e na declaração de voto, não há uma medida do lado da despesa. Não há uma proposta sobre um evento a acabar, uma obra a não fazer, um apoio a cortar, no entanto, neste argumentário não há uma medida do lado da despesa, e dizem que a Câmara é despesista, que a Câmara gasta muito dinheiro, então, qual a medida que eles propõem para cortar. Exigem que a receita diminua, que se cobre menos impostos, para serem simpáticos com as pessoas. Exigem mais investimento e desvalorizam a maior parte do investimento. Exigem que se façam mais zonas industriais, como se fosse uma coisa fácil, chegar lá com uma "machada" e abrir uma zona industrial. Exigem que se comprem mais terrenos para alargar a Zona Empresarial da Gelfa,



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

como os terrenos fossem baratos, ou, dados pelos proprietários que estão à volta. Exigem que a Câmara, invista dinheiro público num projeto privado que comprou à fábrica Regency, que não sabem o que fazer com ela e que a Câmara é que tem de investir lá dinheiro público para favorecer os privados, isto tudo é um pedido PSD. Exigem mais investimento na sustentabilidade e na preservação ambiental quando estão ali em causa 2 milhões de euros para saneamento e 700 mil euros para eficiência energética. Exigem mais investimento no sector social privado. Exigem mais apoio às famílias e dão como exemplo o facto de a Câmara ter acabado com o cheque que era atribuído por cada nascimento no Concelho de Caminha. No entanto, anteriormente não havia transporte escolar gratuito, não havia oferta de livros escolares de forma gratuita, não havia nenhuma destas medidas. Mas, quanto ao cheque bebé, o executivo não é favorável a essa medida e por isso a terminou, é uma medida sobretudo eleitoralista, essa medida é unanime entre especialistas, acaba por ser prejudicial para as famílias, porque apoiar uma família com 500€ no momento do nascimento não alimenta aquele miúdo, nem dá sustentação aquela família durante os anos de vida. É, promotor de empobrecimento da família com a expectativa dos 500€ no nascimento do bebé.

Para sustentar as contas do Município continua a dizer que é preciso mais obras Polis, quando ainda se tem de realizar o Capital Social e não fizeram uma obra em 5 anos que estiveram na POLIS. Exigem mais dinamização do MORBER e das Piscinas de Vila Praia de Âncora. A piscina de Vila Praia de Âncora tem uma atividade que não sustenta mais nenhuma atividade, tem hoje 800 alunos das nossas escolas a irem lá, no programa "Caminha Sabe Nadar". Tem uma atividade que nunca existiu nas piscinas, e não querem resolver o problema de 19 milhões de euros ao longo dos próximos anos. Exigem a requalificação dos pavilhões desportivos de Caminha e de Vila Praia de Âncora. E, pergunta o Senhor Presidente se ao dizerem que a Câmara gasta, é gastadora, é despesista, é uma vergonha que e a única solução apresentada



Assembleia Municipal de Caminha

seja gastar mais, isto é sério?! Do ponto de vista político. Isto não é sério. Isto não é um debate, isto não é nada. E é isto que as pessoas têm de compreender quando se está a debater estas matérias. É um esforço muito grande que se faz para equilibrar as contas, e isso exige que haja seriedade nas posturas dos partidos políticos quando debatem esta matéria. Disse ainda o Senhor Presidente que o Plano e Orçamento é aquele que apresentaram, tem do ponto de vista da despesa global investimentos na ordem dos 37%. No ano passado era de 35%. Está a subir mais a componente de investimento. O executivo quer fazer a Escola de Caminha, a Escola de Âncora, quer avançar com as candidaturas da Serra D'Arga a paisagem protegida, quer fazer o saneamento nas três Freguesias, quer protagonizar uma campanha e um trabalho ao nível da sustentabilidade, da eficiência Energética. Quer poder recuperar o interior do Forte da Lagarteira, poder criar lá um novo equipamento. Quer colocar novos equipamento no Museu Municipal, para se poder requalificar a própria oferta do Museu Municipal. Quer fazer a ecovia que percorre o Camarido e liga Moledo. Quer fazer a ecovia em Seixas que liga o Cais de São Bento a Pedras Ruivas. Quer promover um conjunto de obras tão essenciais para o Concelho, mas o dinheiro não nasce nas árvores. Porque ao mesmo tempo tem que manter as equipas permanentes de intervenção dos bombeiros, os sapadores Municipais, os funcionários da Câmara que prestam serviço junto das Freguesias. O apoio às Freguesias que se mantém. O apoio às coletividades, tem de pagar parte da água das instituições do Concelho. Não existe uma medida que apresentem e digam que a Câmara fez mal em fazer essa obra, fez mal em apoiar essa instituição. Não podem dizer isso, e dizer que se tem que gastar menos. Não se pode. Quando se diz que tem de gastar menos. Onde?! Quem despedimos?! Que obra deixam de fazer?! Se diminuïrem no apoio às instituições, às freguesias, ao transporte escolar gratuito?! Não fazem as escolas?! Deixam cair uma das escolas?! Qual a de Caminha ou a de Âncora?! É assim que se fala, para falar seriamente. E nunca ouviu esse debate sério da parte do PSD e está a esgotar esse argumentário.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

E é isto que este orçamento e este plano representa, um esgotamento da parte do posicionamento político do PSD não tem mais nada para apresentar no Concelho de Caminha, e um esforço tremendo do executivo para poderem cumprir com as pessoas com o sacrifício que as pessoas fazem ao aumentar o IMI, ao aumentar o IRS e ao aumentar a água para se poder pôr as contas direitas, mas, quando esta Câmara sair, estes vereadores e este Presidente, até podem dizer nunca votei nestes tipos, mas os tipos puseram a Câmara em condições para se poder continuar com o futuro do Concelho. É esse o propósito do executivo e é isso que fazem com este orçamento.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 10 votos contra e 02 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) Mapa de Pessoal para 2020

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de vinte e oito de outubro de dois mil e dezanove, relativa ao **“Mapa de Pessoal para 2020”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2, do art.º 6, da Lei 112/2017 de 29 de dezembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar



Assembleia Municipal de Caminha

os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar o “Mapa de Pessoal para 2020”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início á sua intervenção e disse o seguinte;

“O Mapa de Pessoal constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, permitindo uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos. Deve contribuir para uma cultura organizacional orientada para o serviço público, de acordo com critérios de racionalização e transversalidade.

Quando analisamos os Mapas de Pessoal propostos para 2019 e 2020 podemos verificar que as notas justificativas são exatamente iguais e desprovidas de conteúdo. Não houve qualquer ajuste à realidade dos diferentes anos civis a que nos referimos. E não podemos esquecer que as circunstâncias são bem diferentes, uma vez que ao longo do ano de 2019 a Câmara de Caminha integrou cerca de 50 pessoas no seu quadro de pessoal, aumentando as despesas com pessoal em mais de 500 mil euros.

O Mapa de Pessoal para 2020 não traz nada de novo, a não ser o acréscimo de 6 assistentes técnicos que nem sequer merecem justificação. Sr. Presidente, é para tal que servem as notas justificativas e as que são assinadas por si, estão totalmente esvaziadas de conteúdo.

Quando lemos neste documento que “é tido como um importantíssimo instrumento de gestão e planeamento dos Recursos Humanos...”, nada é revelado neste documento que prove tal afirmação.

É um documento de uma visão de recursos humanos retrógrada que em nada abona à perspetiva de valorização profissional dos trabalhadores, nem tão pouco retrata a realidade de 2020, pois deveria acomodar os lugares do pessoal não docente a transitar do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais para o Município, por força da aceitação da transferência de competências na área



[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

da Educação, que o Partido Socialista desta Assembleia Municipal decidiu aceitar sem garantia da transferência de verbas.

Além disto, continuamos a antever que os requerimentos de mobilidade vão continuar a ser ignorados, quando há diversos funcionários da Câmara a desempenhar funções de outras categorias profissionais que não as deles, ambicionando há diversos anos por uma mobilidade justa que reconheça seu esforço e empenho.

Se analisarmos este documento com o Orçamento de 2020, é possível constatar que se pretende gastar ainda mais com recursos humanos, contudo, confessamos ter alguma dificuldade em compreender como nos é apresentado um Plano de Saneamento Financeiro que fala em reduzir a despesa com pessoal. Já estamos habituados a orçamentos desajustados à realidade, que levaram a Câmara de Caminha a um descalabro financeiro. Mais uma prova disso é o ofício da Direção Geral das Autarquias Locais recebido por esta Assembleia Municipal a dar conta da taxa de Execução da Receita Prevista no Orçamento inferior a 85% nos dois Anos Consecutivos - 2017 e 2018.

Para concluir, lamentamos que nos apresentem um documento estanque que simplesmente se limita a cumprir, e tão só, a obrigatoriedade legal e nada mais. Aproveitamos para alertar sobre a necessidade de, futuramente, corrigir na página 9, no que diz respeito à "carreira de fiscal municipal", a revisão da carreira, conforme estabelece o Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, que entrou em vigor no dia 1 de setembro de 2019."

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, apenas deu dois esclarecimentos, e disse de imediato que seria absolutamente ilegal fazer a entrada dos trabalhadores não docentes que hoje estão nas escolas, porque são funcionários do Ministério da Educação no quadro de pessoal, essa adaptação tem que ser feita no momento da transferência, a qual ainda não aconteceu até ao momento.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto a abertura de vagas para assistentes técnicos, e a crítica sobre a falta de resposta à questão da mobilidade, disse o Senhor Presidente que com essas vagas de assistentes técnicos, o executivo vai resolver o problema que o PSD eternizou de injustiça para várias pessoas que estão a fazer trabalho técnico, e ganham como assistentes operacionais. Porém, com o trabalho que o executivo vai fazer ao longo deste ano, essas pessoas vão ser reconhecidas pelo seu trabalho, vão entrar neste quadro técnico e não precisam de pedir mobilidade, vão a concurso e entram naquilo que são os lugares que hoje acabaram ali de abrir, por isso é absolutamente contraditória essa matéria.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) Aprovação de uma Taxa de Derrama de 1.5% com Exceção para Sujeitos Passivos com um Volume de Negócios que não ultrapasse os 150.000,00€, cuja Taxa de Derrama será Reduzida para 0,5%

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de outubro de dois mil e dezanove, relativa à **“Aprovação de uma Taxa de Derrama de 1.5% com Exceção para Sujeitos Passivos com um Volume de Negócios que não Ultrapasse os 150.000,00€, cuja Taxa de Derrama será Reduzida para**



Assembleia Municipal de Caminha

0,5%”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o lançamento de Derramas, **propõe-se** o lançamento de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), bem como uma taxa reduzida de 0,5% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os € 150 000 (n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual).

Esta deliberação deverá ser comunicada, por via eletrónica, pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária até 30 de novembro.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de novembro de dois mil e dezanove, relativa à **“Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea d) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, **propõe-se** a aprovação das seguintes taxas:

- **Prédios Rústicos: 0,8%;**
- **Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,45%.**

Propõe-se ainda:

- **Ao abrigo do n.º 8 do referido artigo e diploma, majorar até 30% (no limite superior o valor será 0,585%) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;**
- **Ao abrigo do n.º 12 do referido artigo e diploma, fixar uma redução até 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou patrimonial cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n), do n.º 1), do art.º 44º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais.**

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

g) – Participação Variável no IRS relativa aos Rendimentos do Ano de 2020

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de novembro de dois mil e dezanove, relativa à **“Participação Variável no IRS Relativa aos Rendimentos do Ano de 2020”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** que a participação a variável do IRS, relativa aos rendimentos de 2020, seja de 5%, atendendo à intenção de elaboração de Plano de Saneamento que obriga a maximização das receitas.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de novembro de dois mil e dezanove, relativa à **“Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP)”**,



Assembleia Municipal de Caminha

conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) Contração de dois Empréstimos de Médio e Longo Prazo, bem como a Proposta de Plano de Saneamento Financeiro Anexo

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de novembro de dois mil e dezanove, relativa à **“Contração de dois Empréstimos de Médio e Longo Prazo, bem como a Proposta de Plano de Saneamento Financeiro Anexo”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea f), do n.º1, do art.º25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar a contratação de empréstimos, **propõe-se** a autorização para a



Assembleia Municipal de Caminha

contração dos empréstimos conforme os relatórios preliminar e final elaborados pela Comissão de Abertura e Análise de Propostas:

- a) Adjudicar à Caixa de Crédito Agrícola a contração do empréstimo denominado “Empréstimo de Médio e Longo Prazo – Fornecedores e outros Credores”;
- b) Adjudicar à Caixa de Crédito Agrícola a contração do empréstimo denominado “Empréstimo de Médio e Longo Prazo – Caminhaequi”.

Mais **se propõe**, de acordo com os artigos 57.º, 58.º e n.º 3 do artigo 59.º, da RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei 73/2013, de 3 de setembro e republicado pela Lei 51/2018, de 16 de agosto), que a Assembleia Municipal, aprove o estudo e o plano de saneamento financeiro elaborados pela Câmara Municipal, conforme documentos em anexo.

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

Como sabemos, foi por diversas vezes dito, quer pelo Executivo quer por esta bancada, que a situação financeira do Município é difícil, sendo muito exigente a gestão do erário público.

Com a contração destes dois empréstimos pretende a Câmara Municipal resolver dois problemas fundamentais.

O primeiro diz respeito ao pagamento a fornecedores. Pretende-se com este empréstimo pagar à lista de fornecedores que prestaram serviços à autarquia, mas que por indisponibilidade financeira não tem sido possível ocorrer ao seu pagamento de forma pontual.

O segundo diz respeito à aquisição das Piscinas de Vila Praia de Âncora colocando-se assim termo à PPP ruinosa que o executivo PSD teimou em fazer.



Assembleia Municipal de Caminha

Ao longo dos últimos 6 anos este executivo tem vindo a reduzir substancialmente os seus gastos e a sua despesa, tentando equilibrar as finanças municipais, e disso mesmo são prova os documentos de prestação de contas entregues a esta Assembleia.

Nunca como nestes anos se reduziu tanto à dívida e se investiu tanto no território.

Estes empréstimos surgem assim no âmbito do plano de saneamento financeiro gizado pela autarquia, resolvendo os problemas que asfixiam o dia a dia da gestão municipal.

Por entendermos ser fundamental para o equilíbrio da autarquia e, bem assim, por entendermos ser fundamental a aquisição das Piscinas, Vila Praia de Âncora irá a bancada do Partido Socialista votar favoravelmente a presente proposta.

Disse.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Relativamente ao empréstimo para pagar a fornecedores, nós concordamos, até porque as pessoas não têm que arcar com o peso da má gestão municipal. Por uma questão de liquidez de muitas Empresas, que se encontram em situações muito difíceis seria muito bom que o Município cumprisse com as suas obrigações e pagasse a tempo e horas.

Aliás, na nossa opinião, deveria era pedir-se o valor total das dividas com mais de 90 dias e pagar-se de uma vez a quem se deve, e a partir de agora fazer um outro tipo de gestão.

Relativamente ao empréstimo para comprar as piscinas não podemos concordar.

Um Município falido não pode comprar ações de piscinas, para ficar com a sua totalidade, às quais ainda vai somar os encargos da sua manutenção que



Assembleia Municipal de Caminha

agora, com o passar dos anos, começa a dar alguns problemas normais de uso.

Se até agora, com a Parceria, o Município quando falhava pagamentos, a Parceria assegurava o pagamento ao Banco, com esta Proposta, o Executivo está a ditar uma sentença de morte às piscinas municipais.

Se não pagar ao Banco, o Banco agirá em conformidade com a lei e ficará com a posse das mesmas.

Se o Município estivesse bem financeiramente, poderíamos ponderar antecipar a aquisição deste equipamento.

Agora, na situação atual não nos parece razoável.

O que deveriam fazer, isso sim seria sensato, era renegociar o empréstimo, uma vez que ele foi feito numa altura em que as taxas de juros eram elevadíssimas por causa da troika, e fazer baixar o empréstimo mensal de forma considerável. Isso sim, seria algo sensato. Se pedisse esta renegociação do crédito certamente que o valor ficaria exatamente igual ao que irá pagar com a contração de mais um empréstimo.

Resumindo: a proposta do PSD seria uma renegociação do crédito e das taxas de juros.

Não aceitamos mais encargos, com a contração de um empréstimo mais as despesas de toda a manutenção que terá de ficar agora a cargo do Município.

Quanto ao plano de saneamento apresentado, é da total responsabilidade do atual Executivo, pelo que nos absteríamos se viesse numa proposta separada.

A nossa posição é clara e está tomada.

Ao fim de 6 anos, temos a câmara a pedir ajuda para gerir as dívidas que foi acumulando fruto de uma gestão incompetente, que agora todos teremos que pagar.

É só isso.

No mínimo hipotecou o futuro de Caminha até 2033!!!



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que estão ali em causa dois empréstimos, com objetivos e expectativas completamente distintos. Disse que um empréstimo será para pagar dívida a fornecedores, este empréstimo no mundo ideal não deveria acontecer, dever-se-ia pagar dívidas aos fornecedores dentro dos prazos estabelecidos pela Lei, ou dentro de prazos razoáveis. No entanto, o campeão dos empréstimos de medio e longo prazo no Município de Caminha é o PSD, que ao longo dos anos em que esteve à frente da Câmara Municipal em conjunto contraiu mais de onze milhões de euros em empréstimos de medio e longo prazo, e o PSD sabe bem daquilo que fala, no entanto, diz o contrário daquilo que fez. Mas, a verdade é que não se pode estar a desgastar o conjunto de fornecedores, e tem que se atuar, e este é um empréstimo que permite que o executivo pague uma quantia importante aos fornecedores, vai permitir que se pague uma quantia na ordem dos três milhões de euros, e o resto será com a Polis Litoral Norte que o executivo tem que cumprir com a realização do capital social. E porque não estão os Fornecedores todos? Por duas razões que se juntam, a primeira foi, no momento em que se organizou o empréstimo e se fechou com as faturas que lá estavam, no entanto, vão sendo contraídas novas obrigações. Em segundo lugar, a Câmara Municipal não pode pedir um valor infinito de empréstimo, existem os limites de endividamento, logo, com o empréstimo que se pede para pagar a fornecedores e piscinas, atinge esse limite. Disse ainda o Senhor Presidente que se pudessem o executivo pagaria tudo até a data, e isso não é possível. E, por isso, o executivo escolheu alguns valores de faturas que se encontram mais atrasadas no seu pagamento, e é isso que justifica o valor em causa no empréstimo a fornecedores.

Quanto ao empréstimo para acabar com a PPP, das Piscinas de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que tem objetivos diferentes, e aquilo que todos devem perceber que ao fim de seis anos de Câmara, e demais anos do anterior executivo o PSD ainda não percebeu o negócio que ali está, aquilo que o executivo pretende fazer é contrair um empréstimo que permita comprar as



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

ações dos privados que tem 51% das piscinas, e com isso se poder resolver o problema das piscinas, passam a ser da Câmara Municipal. Mas, quando se diz que a proposta do PSD, é para que a Câmara renegoceie o empréstimo que tem com a banca, isso não é verdade, a Câmara não tem nenhum empréstimo com a banca.

Disse ainda o Senhor Presidente que vai dar uma pequena explicação sobre o empréstimo à banca, e referiu que a PPP das piscinas, é uma sociedade anónima, com ações, os privados tem 51% e a Câmara 49%, e quem tem que pagar o empréstimo é a PPP das piscinas que é dirigida pelos privados, mas, os privados não tem interesse em renegociar crédito com a banca, pois, se recebem as rendas da Câmara, e se esta nestes anos já pagou 3 milhões e 400 mil euros, eles não querem renegociar nada, apenas aceitam que a Câmara compre a parte deles e resolver o problema. A Câmara não tem que renegociar nada, porque não pode renegociar nada em nome de uma sociedade anónima, logo, a proposta do PSD não faz sentido, e só demonstra que não perceberam nada do que está em causa. Disse ainda o Senhor Presidente que é disso que o executivo está a tratar, e a expectativa é que esta matéria tem que ir a Tribunal de Contas, e este é muito exigente nas PPP, e vê-se isso por todo o País relativamente a pedidos para se resolverem PPP são muito exigentes, e para se afastarem do anátema destes negócios que são ruinosos, o Tribunal de Contas tem sido uma exigência, que passa pela ideia, que no real não funciona exatamente, e neste momento a Câmara não tem uma dívida ao banco, tem que pagar rendas à PPP, ou seja, a PPP é dona das piscinas e a Câmara paga uma renda que durante um ano é de 900 mil euros, mas, se passar a ter as piscinas, então a Câmara passa a ter uma dívida ao banco, no entanto, o Tribunal de Contas não tem permitido assumir este tipo de dívida, contudo, a Câmara vai alegar o que está no Plano de Saneamento Financeiro, para que a contração deste empréstimo venha a ajudar a internalizar as piscinas e ajuda a poupar muitos milhões de euros aos municípios de Caminha, porque já não se vai ter que pagar 19 milhões euros



Assembleia Municipal de Caminha

até 2033, e pagar neste dinheiro do empréstimo e pagar a parte dos privados, que trata de pagar as ações e ao banco, e resolvesse assim o problema.

Disse ainda o Senhor Presidente que este empréstimo com juros, julga que anda nos 7 ou 8 milhões o que é manifestamente inferior aos 19 milhões que se tem de pagar. No entanto, está muito otimista naquilo que diz respeito ao empréstimo para pagamento a fornecedores, mas, quanto à PPP não tem tanta certeza, contudo, tem que se fazer alguma coisa, e só depois de se fazer alguma coisa é que se sabe a resposta, se for favorável julga que é o início do fim dos problemas financeiros da Câmara, se for desfavorável, existe pelo menos um passo dado, e uma resposta que possa vir a ajudar a abrir outras portas, ficasse então a aguardar por aquilo que irá acontecer. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que ali disse são números que constam das contas apresentadas em todos os exercícios orçamentais, ou seja, a Câmara em 2014 pagou à Caminhaequi 656 mil 772 euros; em 2015 pagou 515 mil 893 euros; em 2016 pagou 640 mil 530 euros; em 2017 pagou 622 mil 130 euros; em 2018 pagou 555 mil 634 euros e durante este ano já pagou 424 mil 116 euros, num total de 3 milhões e 400 mil euros de piscinas, o que é falso que a Câmara não esteja a pagar à Caminhaequi, mas, é verdade que a Câmara não paga a totalidade do que deveria pagar, porque, existe um Acordo com a Caminhaequi, no sentido de se pagar o suficiente para que a Caminhaequi pague ao banco, mas, não se paga as rendas que são o lucro dos privados e que o PSD gosta tanto de pagar. O problema que a Câmara tem é que acumula a dívida do que não se paga, e tem que se livrar dessa dívida, logo, é disso que se trata. Disse ainda o Senhor Presidente para que não se diga em mais nenhum fórum político que não se está a pagar as piscinas, porque 3 milhões e 400 mil euros é dinheiro.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 09 votos contra e 01 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

j) Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de novembro de dois mil e dezanove, relativa à **“Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, e nos termos do n.º 3, do art.º 6.º da citada Lei; “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente de câmara.”

Propõe-se que este órgão deliberativo aprove:

- Delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99.759,58), de forma a



Assembleia Municipal de Caminha

tornar mais céleres os procedimentos que envolvam a assunção de tais compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;

- Que a presente deliberação produza efeitos sobre os compromissos assumidos durante o ano de 2020.

- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da delegação que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da delegação que ora se propõe.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2020

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de novembro de dois mil e dezanove, relativa à **“Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias**



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

para o Ano 2020", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove os "Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2020".

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e deu início à sua intervenção;

"Este governo municipal traz a todas as juntas de freguesia a possibilidade de verem todos os anseios da sua população serem concretizados.

Este executivo tem transferido verbas com regularidade e de uma forma coerente e com critérios, sem distinguir cores partidárias ou gostos pessoais. Era o que faltava, num estado democrático pós 25 de abril. Mas admirem-se, acontecia até 2013 e havia freguesias que estavam anos com zero euros transferidos.

Hoje vamos votar os protocolos com as freguesias, que se guiam por regras matemáticas:

O número da população, a área da freguesia assim como o número e extensão das suas ruas.

Infelizmente e com muita insatisfação por parte deste executivo, sabe-se que o valor que é facultado nem sempre é suficiente para se fazer tudo aquilo que vós e nós pretendemos.

O Valor distribuído será de perto de 300 mil euros e é preciso reconhecer o esforço que é realizado pelo município, que não corta nas verbas para as suas freguesias, bem pelo contrário, uma vez que nos encontramos num contexto económico difícil, como podemos comprovar nesta assembleia.



Assembleia Municipal de Caminha

Também o esforço dos executivos das juntas de freguesia é necessário para que continuem a fazer uma boa gestão e aplicação dos gastos, inserindo no seu Plano de Atividades para 2020 todos os investimentos que pretendem ver realizados.

Tenho dito.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

I) Contrato entre a Câmara Municipal de Caminha e a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., para Subconcessão de Uso Privativo de Parcela de Terreno com 1734m2, sita junto à Estação Ferroviária de Caminha, entre os kms 104,577 e 104,652 LE da Linha do Minho, do Domínio Público Ferroviário

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de outubro de dois mil e dezanove, relativa à “**Contrato entre a Câmara Municipal de Caminha e a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., para Subconcessão de Uso Privativo de Parcela de Terreno com 1734m2, sita junto à Estação Ferroviária de Caminha, entre os kms 104,577 e 104,652 LE da Linha do Minho, do Domínio Público Ferroviário**”, conforme



Assembleia Municipal de Caminha

documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º6 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a autorização para a celebração do Contrato entre a Câmara Municipal de Caminha e a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., para Subconcessão de Uso Privativo de Parcela de Terreno com 1734m², sita junto à Estação Ferroviária de Caminha, entre os kms 104,577 e 104,652 LE da Linha do Minho, do Domínio Público Ferroviário.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção, e disse o seguinte;

“Esta deliberação causa-nos bastante estranheza, e ainda mais nos causa a informação proferida pelo Vereador Rui Lages, que tece uma serie de considerações, claramente, de quem não estudou o dossiê.

A informação do Sr. Vereador coloca em causa o trabalho de todos os outros executivos anteriores e tenta aprovar um novo contrato, sem nada dizer acerca dos contratos previamente assinados em Reunião de Câmara.

Aliás, foi uma obra que pertence a dois executivos, porque foi iniciada no penúltimo executivo e terminada com o último.

Tendo já passado dois executivos, 6 anos e no mínimo dois contratos, vejamos:

Contrariamente ao que diz, não foram feitas obras em terreno alheio. Em 18 de julho de 2012 foi aprovada a la minuta do contrato de concessão de uso privativo de terreno do domínio público ferroviário junto à estação de Caminha, em Reunião de Câmara.

Assunto debatido, tratado e aprovado por unanimidade em 2012.

A 8 de janeiro de 2014 volta a Reunião de Câmara uni novo contrato onde podemos ler na ata, e cito: "o vereador Rui Teixeira explicou que já tinha sido



Assembleia Municipal de Caminha

aprovado em Reunião de Câmara, teve que ser ratificado posteriormente já que o concessionário não seria Refer, mas sim a Refer Património."

Esse aditamento, não teria sido apresentado em reunião de Câmara nem em Assembleia Municipal, pelo que seria naquele momento votado.

Esta deliberação/contrato foi aprovada por unanimidade.

Ora, chegamos ao dia de hoje e apresentam-nos um terceiro contrato sobre o mesmo objeto e dizendo que nada tinha sido feito até à data.

Neste sentido, e porque a informação do Sr. Vereador é completamente errada e porque não vamos aprovar um novo contrato sem revogação do que foi anteriormente aprovado, quanto mais não seja o de 2014, não podemos votar favoravelmente."

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que o contrato que estava aprovado na Câmara Municipal, previa uma quantia na ordem dos três mil euros, para se poder usufruir daquele espaço, que não é municipal. No entanto, aonde se fez obra naquele parque de estacionamento, o executivo entendeu que esta é uma despesa que não deve ser suportada pelo Município, houve negociações com a IP de modo a resolver essa questão, e ficou articulado que o pagamento não seria em dinheiro, mas, em espécie, salvando o Município de pagar três mil euros e qualquer coisa por mês, por isso, esta é uma boa solução para o Município de Caminha e segue em linha com o controlo de despesa que a Câmara tem, que em vez de se pagar três mil e tal euros por aquele espaço, paga-se seis mil euros em espécie, com o serviço de limpeza, com o cuidado que se tem que ter para que o estacionamento esteja apto a servir a estação do caminho de ferro de Caminha, e que venha a ter outra dimensão com a modernização da linha do Minho que chega agora ao Concelho.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 09 votos contra e 01 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, informou que chegou à mesa um despacho do Senhor Presidente da Câmara, o qual passou a ler;

“Nos termos do Regulamento da Gala do Desporto do Município de Caminha, compete à Assembleia Municipal indicar um seu representante para integrar a Comissão de Avaliação.

A Comissão de Avaliação tem como principal objetivo seleccionar e decidir sobre os candidatos às diferentes categorias e aos prémios em apreciação, a atribuir anualmente na Gala.

Assim, venho pelo presente solicitar que possa ser requerido à Assembleia Municipal de Caminha a designação de um seu representante para integrar a Comissão supra referida.”

Após a leitura do despacho o **Senhor Presidente da Mesa**, pergunta se existe alguém que se queira candidatar a representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão da Gala do Desporto do Município de Caminha.

Uma vez que ninguém se pronunciou o **Senhor Presidente da Mesa**, apresentou como representante o **Senhor Primeiro Secretário, João Felgueiras da Silva**.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, apenas referiu ao Senhor Presidente da Mesa que se está a mexer com a ordem de trabalhos, pois este ponto deveria ser introduzido no início da sessão da Assembleia Municipal.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que após este reparo do Senhor Deputado Rui Taxa, e como ninguém se opôs, passa para votação do representante para integrar a Comissão da Gala do Desporto do Município de Caminha, o **Senhor Primeiro Secretário, João Felgueiras da Silva**, o qual foi aprovado por unanimidade.

m) Alteração à Postura de Trânsito no Centro Histórico de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de novembro de dois mil e dezanove, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito no Centro Histórico de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a alteração da postura de trânsito e estacionamento como se indica:

Rua Condestável D. Nuno Alvares Pereira:

- Indicação de sentido proibido - Sinal C1 (Sentido Proibido), no sentido sul-norte, colocado no lado esquerdo no sentido oposto ao sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua 16 de Setembro;
- Indicação de sentido proibido - Sinal C1 (Sentido Proibido), no sentido norte-sul, colocado no lado esquerdo, no sentido oposto ao sentido de trânsito, imediatamente antes do cruzamento com a travessa do tribunal;
- Indicação de zona de estacionamento proibido - Sinal G2a (Zona de Estacionamento Proibido), no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a travessa de São João e com a travessa do Tribunal e com o largo Dr. Luis Fetal Carneiro;

Rua Ricardo Joaquim de Sousa:



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

- Indicação de trânsito proibido - Sinal C2 (Trânsito Proibido), no sentido sul-norte, colocado no lado direito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a travessa do Tribunal;
- Indicação de trânsito proibido - Sinal C2 (Trânsito Proibido), no sentido norte-sul, colocado no lado direito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a travessa do Tribunal;
- Indicação de trânsito proibido - Sinal C2 (Trânsito Proibido), no sentido sul-norte, colocado no lado direito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a travessa de São João;
- Indicação de trânsito proibido - Sinal C2 (Trânsito Proibido), no sentido norte-sul, colocado no lado direito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a travessa de São João;
- Indicação de trânsito proibido - Sinal C2 (Trânsito Proibido), no sentido norte-sul, colocado no lado direito, junto ao entroncamento com a Praça de Espanha;
- Indicação de trânsito proibido - Sinal C2 (Trânsito Proibido), no sentido norte-sul, colocado no lado direito, junto ao entroncamento com a rua Condestável D. Nuno Alvares Pereira;

Travessa do Tribunal:

- Indicação de sentido proibido - Sinal C1 (Sentido Proibido), no sentido poente-nascente, colocado no lado esquerdo no sentido oposto ao sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de São João;
- Indicação de sentido proibido - Sinal C1 (Sentido Proibido), no sentido poente-nascente, colocado no lado esquerdo no sentido oposto ao sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a rua Barão de São Roque;
- Indicação de sentido proibido - Sinal C1 (Sentido Proibido), no sentido poente-nascente, colocado no lado esquerdo no sentido oposto ao sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a rua Condestável D. Nuno Alvares Pereira;



Assembleia Municipal de Caminha

- Indicação de sentido proibido - Sinal C1 (Sentido Proibido), no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a rua Dr. Luciano Amorim e Silva;
- Indicação de trânsito de sentido único - Sinal H3 (Trânsito de Sentido Único), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a rua de São João;
- Indicação de trânsito de sentido único - Sinal H3 (Trânsito de Sentido Único), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a Dr. Luciano Amorim e Silva;
- Indicação de trânsito de obrigatório em frente - Sinal D1c (Sentido obrigatório em Frente), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes do cruzamento com a rua Ricardo Joaquim de Sousa;
- Indicação de trânsito de sentido único - Sinal H3 (Trânsito de Sentido Único), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a rua Condestável D. Nuno Alvares Pereira;
- Indicação de trânsito de sentido único - Sinal H3 (Trânsito de Sentido Único), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a rua Barão de São Roque;
- Indicação de zona de estacionamento proibido - Sinal G2a (Zona de Estacionamento Proibido), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de São João;
- Indicação de zona de estacionamento proibido - Sinal G2a (Zona de Estacionamento Proibido), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de São João;
- Indicação de fim de zona de estacionamento proibido - Sinal G7a (Fim de Zona de Paragem e Estacionamento Proibidos), no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Conselheiro Miguel Dantas;



Assembleia Municipal de Caminha

- Indicação de zona de estacionamento autorizado - Sinal G1 (Zona Estacionamento autorizado), no sentido nascente-poente, colocado no interior do largo existente no cruzamento da travessa do Tribunal com a rua Dr. Luciano Amorim e Silva;

Travessa de São João:

- Indicação de sentido proibido - Sinal C1 (Sentido Proibido), no sentido poente-nascente, colocado no lado esquerdo no sentido oposto ao sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Condestável D. Nuno Alvares Pereira;
- Indicação de sentido proibido - Sinal C1 (Sentido Proibido), no sentido poente-nascente, colocado no lado esquerdo no sentido oposto ao sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a rua Dr. Luciano Amorim e Silva;
- Indicação de trânsito de sentido único - Sinal H3 (Trânsito de Sentido Único), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a rua de São João;
- Indicação de trânsito de sentido único - Sinal H3 (Trânsito de Sentido Único), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao cruzamento com a rua Dr. Luciano Amorim e Silva;
- Indicação de trânsito de obrigatório em frente - Sinal D1c (Sentido obrigatório em Frente), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes do cruzamento com a rua Ricardo Joaquim de Sousa;
- Indicação de zona de estacionamento proibido - Sinal G2a (Zona de Estacionamento Proibido), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de São João;
- Indicação de fim de zona de estacionamento proibido - Sinal G7a (Fim de Zona de Paragem e Estacionamento Proibidos), no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Condestável D. Nuno Alvares Pereira.



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que aproveita este último ponto da ordem de trabalhos para desejar a todos um ótimo Natal, um bom ano 2020, cheio de saúde.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que este ponto é importante para a freguesia de Caminha, trata-se de uma obra importante que se encontra numa fase final, existe uma mudança de paradigma com esta nova postura de trânsito, devesse estar atento e compreender a sua introdução.

Para terminar disse o Senhor Presidente de Junta, que deseja a todos um bom Natal e um excelente ano 2020.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e desejou a todos um bom Natal e um excelente ano 2020, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 00H50M, do dia 28 de novembro de 2019, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário



Assembleia Municipal de Caminha


(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária


(Sónia Lajoso)

O Presidente


(Luís Augusto Pestana Mourão)